



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE BENS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/3000-0000068-2

CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO - ÍNDICE

1. DO OBJETO
2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL
3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO
4. DA PARTICIPAÇÃO
5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
6. DO CREDENCIAMENTO
7. DA PROPOSTA DE PREÇOS
8. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA
9. DA REFERÊNCIA DE TEMPO
10. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA
11. DA NEGOCIAÇÃO
12. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
13. DA HABILITAÇÃO
14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS
15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
16. DO TERMO DE CONTRATO
17. DO PAGAMENTO
18. DO REAJUSTE
19. DA FONTE DE RECURSOS
20. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO
21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXO I – FOLHA DE DADOS

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV (A) – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO IV (B) – AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO – AF

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR (Modelo)

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP (Modelo)

ANEXO VII – SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. (se for o caso)

ANEXO VIII – ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DO LICITANTE (se for o caso)



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO – CGL

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Complementar nº 9230/1991, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço por lote, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET. A presente licitação reger-se-á pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei nº 11.389, de 25 de novembro de 1999; Lei nº 13.191, de 30 de junho de 2009; Lei nº 13.706, de 6 de abril de 2011; Decreto nº 36.601/1996; Decreto nº 42.020, de 16 de dezembro de 2002; Decreto nº 42.250, de 19 de maio de 2003; Decreto nº 42.434, de 9 de setembro de 2003; Decreto nº 48.160, de 14 de julho de 2011; Decreto nº 53.173, de 16 de agosto de 2016; Resolução nº 001/2013 DPGE/RS e legislação pertinente; subsidiariamente, pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e pelas condições previstas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação visa ao **Registro de Preços** para fornecimento conforme descrito no Anexo II - Termo de Referência, que fará parte da Ata de Registro de Preços como anexo.

1.2. **A participação do Registro de Preços de que trata o presente edital é restrita a uso da Defensoria Pública do Estado RS.**

2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

2.1. O Edital poderá ser obtido no local ou *site* referidos no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1)**.

2.2. A licitação será realizada na forma eletrônica, por meio do endereço indicado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2)**, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação.

3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO

3.1. Na data e horário designados no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 3.1)** será aberta sessão pública pelo pregoeiro para abertura da proposta e posteriormente para a fase de disputa.

3.2. Se na data indicada para a abertura da licitação não houver expediente na repartição, ficará esse ato transferido para o primeiro dia útil seguinte, observado o mesmo horário, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação:

4.1.1. pessoa jurídica legalmente estabelecida no País que esteja devidamente credenciada nos termos do item 6 deste Edital, observado o disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.1)**;

4.1.2. consórcio, desde que previsto no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.2)**.

4.2. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

4.2.1. declarado inidôneo pela Administração Pública;

4.2.2. inscrito no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CFIL/RS;

4.2.3. que estejam cadastradas no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativo no âmbito do Poder Judiciário Nacional, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92 e Resolução CNJ nº 44/07.

4.2.4. com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 4.2.5. submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;
- 4.2.6. em que o proprietário, sócio ou administrador com poder de direção, preste serviços ou desenvolva projeto possua familiar que exerça cargo em comissão ou função de confiança, na forma do art. 8º do Decreto nº 48.705/2011, na Defensoria Pública do Estado do RS;
- 4.2.7. em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação;
- 4.2.8. cooperativas de trabalho, considerando a vedação contida no art. 5º da Lei federal nº 12.690/2012, salvo se legalmente viável e, nestes termos, autorizado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 4.2.8)**.
- 4.3. Não poderá participar desta licitação, ainda que direta ou indiretamente, servidor público da entidade ou do órgão contratante, ou responsável pela licitação.
- 4.3.1. Para fins do disposto no subitem 4.3, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.
- 4.4. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta por lote.
- 4.5. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.
- 4.6. É permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que apresentem Decreto de Autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atendam às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 5.1. Os licitantes que declararem, eletronicamente, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, o enquadramento social de que trata este subitem, devidamente comprovado conforme estabelece o presente Edital, terão tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar federal nº 123/2006.
- 5.2. A ausência dessa declaração, no momento do envio da proposta, significará a desistência da microempresa ou de empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar federal nº 123/2006 e Lei Estadual nº 13.706/2011.
- 5.3. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que estiverem no limite de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja de microempresa ou de empresa de pequeno porte.
- 5.4. Ocorrendo o empate, nos termos da Lei Complementar federal nº 123/2006, a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à proposta de menor preço apurada no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 5.5. No caso de não adjudicação à microempresa ou à empresa de pequeno porte serão convocadas as empresas remanescentes, de mesmo enquadramento social, na ordem classificatória, para o exercício de mesmo direito, que se encontrem na situação de empate.
- 5.5.1. Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento social, o objeto da licitação será adjudicado para a empresa originalmente vencedora.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal, sob pena de inabilitação.
- 5.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal tem assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da declaração de vencedor da licitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para apresentar as respectivas certidões de regularidade.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

5.8. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

5.9. Não se aplicam os critérios de desempate previstos nos itens 5.3, 5.4, caso a licitação se destine exclusivamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Os interessados em participar na presente licitação deverão estar regularmente credenciados junto ao provedor do sistema, conforme preceitua o art. 3º do Decreto nº 42.434/2003.

6.2. O credenciamento será encaminhado através dos *sites* indicados no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1) ou (CGL 2.2)**.

6.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.4. O credenciamento implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

6.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.7. No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico referido no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2)**, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.

7.2. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da licitação.

7.2.1. Se não constar o prazo de validade, entende-se 60 (sessenta) dias.

7.3. A proposta de preços inicial deverá conter as características técnicas do produto ofertado, indicando obrigatoriamente e expressamente, a sua marca e, se for o caso, o modelo.

7.3.1. A proposta final deverá manter inalteradas as características, bem como a marca e modelo indicados no item 7.3.

7.4. Os licitantes deverão consignar o valor da proposta, conforme indicado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 7.4)**, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.5. No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

7.5.1. que está ciente das condições contidas neste Edital, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

7.5.2. que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua participação, conforme referido no item 4.2, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.5.3. que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso.

7.5.4. que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- menor de dezesseis anos, ressalvado na condição de aprendiz a partir de quatorze anos;
- 7.5.5. que a licitante assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Defensoria Pública do RS;
- 7.5.6. que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº10.520/2002, Lei Federal 12.462/2011 e Lei Estadual nº13.191/2009 em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.
- 7.6. As declarações mencionadas nos subitens anteriores são condicionantes para a participação no Pregão e serão visualizadas pelo pregoeiro, na fase de habilitação.
- 7.7. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 90 e 93 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no art. 5º da Lei Federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.
- 7.8. Até a data limite de entrega, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 7.9. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 7.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, observado o item 23.4 da CGL, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.
- 7.11. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.12. A subcontratação, quando admitida, será estabelecida conforme **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 7.12)**.
- 7.13. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.
- 7.14. O licitante deverá utilizar, sempre que possível, na elaboração da proposta, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução dos serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto da licitação.
- 7.15. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
- 7.16. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

8. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA

- 8.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico mencionado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2)**.
- 8.2. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.
- 8.3. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 8.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

8.5. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública da licitação será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.

8.6. No caso de desconexão do licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

9. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

9.1. Todas as referências de tempo citadas no aviso da licitação, neste Edital, e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

10. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA

10.1. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 3.1)**.

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente pelo sistema eletrônico.

10.2.1. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

10.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

10.4. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelos licitantes, anexando-se cópia das propostas desclassificadas aos autos do processo licitatório.

10.5. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro.

10.6. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

10.7. Os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

10.8. Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores ao último por eles ofertado e registrado pelo sistema eletrônico.

10.8.1. No caso de dois ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.9. Durante o transcurso da sessão, os licitantes terão informações, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

10.10. Será permitida aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa.

10.11. A apresentação de lances respeitará o intervalo mínimo de diferença estabelecido no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 10.11)**.

10.12. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se os licitantes desistentes às sanções previstas neste Edital, salvo aqueles com a devida justificativa e aceita pelo pregoeiro.

10.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.14. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

10.15. O sistema eletrônico avisará o encerramento do período de livre disputa, previamente estabelecido pelo pregoeiro, após o que transcorrerá período (randômico) de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, onde ainda poderão ser efetuados lances livres, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.16. Definida a proposta vencedora, para fins de empate ficto, aplica-se o disposto no item 5, se for o caso.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. O licitante classificado em primeiro lugar, por convocação e no prazo definido pelo pregoeiro de no mínimo 1 (uma) hora, deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao valor proposto, por meio sistema em que foi realizada a disputa – **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 2.2)**.

12.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

12.3. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do órgão ou entidade contratante ou de terceiros, para orientar sua decisão.

12.3.1. O pregoeiro poderá exigir amostra, sob pena de desclassificação do licitante.

12.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.6. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que:

12.6.1. não atenda às exigências do ato convocatório da licitação;

12.6.2. apresentar preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 12.6.2)**;

12.6.3. apresentar preços manifestamente inexequíveis não comprovando sua exequibilidade.

12.7. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

12.8. A Administração concederá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

12.8.1. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante a sua demonstração;

12.8.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, o pregoeiro poderá efetuar diligência, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

12.8.2.1. questionamentos junto ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

12.8.2.2. pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

12.8.2.3. verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

12.8.2.4. pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

12.8.2.5. verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante;

12.8.2.6. estudos setoriais;

12.8.2.7. consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

12.8.2.8 análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para o fornecimento.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

12.8.2.9. demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

12.8.3. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

12.9. Será vencedor o licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor preço nos termos do **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 12.9)**.

12.10. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Após o aceite definitivo da proposta vencedora, por convocação e no prazo definido pelo pregoeiro de mínimo 01 (uma) hora, o licitante deverá encaminhar eletronicamente por meio do sistema em que foi realizada a disputa, indicado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2)**, os documentos de habilitação abaixo discriminados.

13.2. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

13.2.1. registro comercial, no caso de empresa individual;

13.2.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

13.2.3. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

13.2.4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

13.2.5. enquadramento como empresa de pequeno porte ou microempresa emitido pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul ou Órgão equivalente de outro Estado da Federação, ou, ainda, pela forma prevista no art. 39A da Lei federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, acompanhada do modelo constante no Anexo VI ou declaração na forma eletrônica, quando for o caso.

13.3. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

13.3.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

13.3.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.3.3. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, e, independentemente da sua sede, para com a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, na forma da lei;

13.3.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

13.3.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

13.4. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

13.4.1. comprovação de aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

13.4.2. os atestados deverão referir-se a fornecimentos no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

13.5. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

13.5.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, apresentação de plano especial (microempresas e empresas de pequeno porte) insolvência e concordatas deferidas antes da vigência da Lei Federal nº 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta;

13.5.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, acompanhado do Anexo II do Decreto nº 36.601/1996 – Análise Contábil da Capacidade Financeira de Licitante (Anexo VII deste Edital), ou sua substituição pelo Certificado de Capacidade Financeira de Licitantes emitido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE, disponível no site www.sisacf.sefaz.rs.gov.br.

13.5.2.1. É dispensada a exigência do item 13.5.2 para o Microempreendedor Individual – MEI, que está prescindido da elaboração do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis na forma do §2º do art. 1.179 do Código civil – Lei nº 10.406/02;

13.5.2.2. O licitante enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, na forma do art. 3º da Lei estadual nº 13.706/2011.

13.6. Do Trabalho de Menor:

13.6.1. Para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei federal nº 8.666/1993 e do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição federal, a Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, será inserida por ocasião do acesso ao Sistema para registro da proposta inicial.

13.6.2. A apresentação da declaração de que não emprega menor, na forma do Anexo V, será dispensada se for adotada declaração eletrônica, conforme disposto no item 7.5.

13.7. Documentos Complementares para Habilitação:

13.7.1. Os documentos para habilitação serão complementados, conforme o caso, de acordo com o que está disposto no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.2, CGL 4.2.8 e CGL 13.7.1)**.

13.8. O Certificado de Fornecedor do Estado – CFE e respectivo Anexo, substituem os documentos para habilitação que neles constam, exceto os relativos ao item 13.4 - Documentos Relativos à Qualificação Técnica.

13.9. A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro.

13.10. A documentação física original ou autenticada, quando solicitada, deverá ser encaminhada ao endereço indicado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 13.10)**, em envelope opaco e lacrado, contendo as seguintes indicações no seu averso:

ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE

CNPJ OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

13.11. Na falta de consignação do prazo de validade dos documentos arrolados no subitem 13.3, exceto subitens 13.3.1 e 13.3.2 e 13.5, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

13.12. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública que solicitar a documentação.

13.13. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão que solicitou a documentação, ocorrendo a perda de validade dos documentos no transcurso da licitação e não for possível ao pregoeiro verificar a sua renovação por meio de consulta a *sites* oficiais, o licitante será convocado a encaminhar no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

13.14. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:

13.14.1. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, considerando o disposto no item 23.4, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado;

13.14.2. no caso de inabilitação do primeiro classificado, serão requeridos, os documentos para habilitação do licitante subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

13.15. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

13.16. Os documentos deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, ou para ele vertidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, sendo que a tradução não dispensa a apresentação dos documentos em língua estrangeira a que se refere.

13.17. Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 90 e 93 da Lei federal nº 8.666/1993, e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

13.18. Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela internet, ou que sejam substituídos pelo CFE, terão sua validade verificada pelo Pregoeiro no momento da habilitação.

14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

14.1. Os esclarecimentos quanto ao Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, exclusivamente por *e-mail*, disponibilizado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1)**.

14.2. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro nos endereços indicados no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1)**

14.2.1. Decairá do direito de impugnação ao Edital o licitante ou qualquer cidadão que não se manifestar em até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, apontando as falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

14.2.2. O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao pregoeiro, que responderá e submeterá à aprovação da autoridade competente.

14.2.3. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a Impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

14.2.4. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

14.2.5. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando da resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

14.3. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer no prazo de 20 (vinte) minutos, em formulário eletrônico específico por meio do sistema em que foi realizada a disputa, com registro em ata da síntese das suas razões.

14.3.1. Será concedido o prazo de 3 (três) dias, contados da declaração de vencedor, para o licitante interessado apresentar suas razões fundamentadas, exclusivamente no sistema em que se realiza o certame – **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 2.2)**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.3.2. A falta de manifestação nos termos previstos neste Edital importará a decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.4. Caberá ao pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis encaminhando à autoridade competente, devidamente informados, quando mantiver a sua decisão.

14.4.1. A autoridade competente deverá proferir a sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do recurso.

14.4.2. A petição de recurso dirigida à autoridade competente, por intermédio do pregoeiro, deverá ser fundamentada e encaminhada eletronicamente por meio do sistema em que foi realizada a disputa – **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2)**.

14.4.3. O recurso será conhecido pelo pregoeiro, se for tempestivo, se estiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública, se estiver de acordo com as condições deste Edital e se atender as demais condições para a sua admissibilidade.

14.4.4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4.5. Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão encaminhados eletronicamente por meio do sistema em que foi realizada a disputa, indicado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2)**.

14.4.6. O recurso terá efeito suspensivo.

14.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o do vencimento.

14.5.1. Os prazos previstos neste Edital iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente na Defensoria Pública do RS.

15. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal e a adjudicação do objeto, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.3. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação para assinatura da ata de registro de preços junto ao órgão gerenciador, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de não atendimento da demanda.

15.4. Na assinatura da ata de registro de preços será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preço, nos termos do § 2º do art. 27 da Lei Estadual nº 13.191/2009.

15.5. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da ata de registro de preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

15.6. O prazo previsto nos subitens 15.3 e 15.5 poderá ser prorrogado, por justo motivo, a critério da Defensoria Pública do RS, mediante solicitação fundamentada do interessado.

15.7. Previamente à assinatura da ata de registro de preços, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CFIL/RS, ao Cadastro Informativo - CADIN/RS e ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS para identificar possível impedimento relativo ao licitante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo.

15.8. Se o adjudicatário, quando da assinatura da ata de registro de preços, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a ata de registro de preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15.9. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços, revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas na Lei federal nº 8.666/1993, na Lei federal nº 10.520/2002 e neste Edital.

15.10. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de acordo com o estabelecido no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 15.10)**.

15.11. O início da vigência da Ata de Registro de Preços será de acordo com o estabelecido no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 15.11)**.

16. DO TERMO DE CONTRATO

16.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, após formalmente convocado, para assinar o contrato.

16.1.1. A publicação da súmula da Ata de Registro de Preços devidamente assinada é condição para a contratação.

16.1.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio de instrumento contratual, de emissão de nota de empenho de despesa, de Autorização de Fornecimento – AF ou de outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666/93.

16.1.2.1. Em caso de formalização por meio de Anexo IV (B) – Autorização de Fornecimento – AF, o fornecedor deverá observar e atender as cláusulas constantes no Anexo IV (A) – Minuta de Contrato.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3. O prazo previsto no subitem 16.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.4. O contrato somente terá vigência e eficácia depois de publicada a respectiva súmula no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul – DED.

16.5. O(s) local(is) de entrega do(s) objeto(s) será(ão) o(s) previsto(s) no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 16.5)**.

16.6. A prorrogação dos prazos de entrega será precedida de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

16.6. Previamente à contratação, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CFIL/RS e ao Cadastro Informativo - CADIN/RS, pelo contratante, para identificar possível impedimento relativo ao licitante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo.

16.7. Se o compromitente, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, estará sujeito ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

16.8. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato, revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 13.191/2009 e neste Edital.

17. DO PAGAMENTO

17.1. Em atendimento a Instrução Normativa nº 01/2015 do Tesouro do Estado, para empresas que ainda não possuem conta bancária cadastrada junto ao Portal de Finanças Públicas do Estado, deverá ser enviado comprovante de dados bancários para pagamento, podendo ser cópia de folha cheque, cópia do cabeçalho do extrato bancário ou cópia do cartão da conta.

17.2. Demais condições para pagamento estão previstas na Cláusula Sexta da Minuta de Contrato, que compõe o Anexo IV (A) do presente Edital.

18. DO REAJUSTE

18.1. Não haverá reajuste na presente contratação.

19. DA FONTE DE RECURSOS

19.1. As despesas decorrentes do contrato objeto desta licitação correrão por conta de recurso orçamentário previsto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 19.1)**.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

20.1. O adjudicatário obriga-se a manter situação regular junto ao Cadastro Informativo – CADIN/RS, conforme disposto na Lei nº 10.697/1996.

20.2. Se a Administração Pública relevar o descumprimento, no todo ou em parte, de quaisquer obrigações do adjudicatário, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

20.3. O adjudicatário deverá também atender às obrigações previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato e as demais obrigações específicas ao objeto contratual estabelecidas no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 20.3)**.

21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

21.1. A garantia, se exigida, poderá ser realizada, conforme disposto na Cláusula Quinta da Minuta de Contrato, que compõe o Anexo IV (A) do presente Edital no percentual indicado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 21.1)**.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com o **Estado do Rio Grande do Sul** e será descredenciado do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa, e demais cominações legais, nos seguintes casos:

22.1.1. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou retirar a nota de empenho de despesa, de autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil para realizar o fornecimento, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666/93;

22.1.2. deixar de entregar a documentação exigida no edital;

22.1.3. apresentar documentação falsa;

22.1.4. não mantiver a proposta;

22.1.5. cometer fraude fiscal;

22.1.6. comportar-se de modo inidôneo;



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 22.1.6.1. serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 93, 94, 95 e 97, parágrafo único, da Lei federal nº 8.666/1993.
- 22.2. A aplicação de sanções não exime o licitante da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha a causar à Administração.
- 22.3. O licitante/adjudicatário que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem 22.1 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 22.3.1. multa de até 10% sobre o valor da sua proposta inicial;
- 22.3.2. impedimento de licitar e de contratar com o Estado e descredenciamento no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até cinco anos.
- 22.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento de licitar e de contratar.
- 22.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 8.666/1993.
- 22.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.7. As sanções previstas neste item do presente edital não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas no art. 30 da Lei federal nº 12.846/2013.
- 22.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Cláusula Doze da Minuta de Contrato.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 23.1. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pública pelo pregoeiro.
- 23.1.1. Nas atas da sessão pública, deverão constar os registros dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, das manifestações de intenção de interposição de recursos, se for o caso, do respectivo julgamento dos recursos, e do vencedor da licitação;
- 23.1.2. Os demais atos licitatórios serão registrados nos autos do processo da licitação.
- 23.2. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital, pois a simples apresentação da proposta o vincula de modo incondicional ao competitivo.
- 23.3. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 23.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.5. Quaisquer informações, com relação a este Edital, poderão ser obtidas exclusivamente por meio eletrônico, via *internet*, no *e-mail* informado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1)**.
- 23.6. Todas as informações, atas e relatórios pertinentes à presente licitação serão disponibilizados no *site* referido no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1)**.
- 23.7. A contratada deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e dos órgãos de controle interno e externo.
- 23.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.9. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos.
- 23.10. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos necessários ao entendimento de suas propostas.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23.11. Aplicam-se aos casos omissos as disposições constantes na Lei federal nº 8.666/1993.

23.12. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.13. Não será permitida adesão de qualquer outro órgão à Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.

23.14. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas a este Edital ou ao contrato vinculado a esta licitação.

23.15. Integram este Edital, ainda, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – FOLHA DE DADOS

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV (A) – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO IV (B) – AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR (Modelo)

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP (Modelo)

ANEXO VII – SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. (se for o caso)

ANEXO VIII – ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DO LICITANTE (se for o caso)

Porto Alegre, de de XXXX.

Autoridade Competente



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I – FOLHA DE DADOS

Cláusula das Condições Gerais de Licitação (CGL)	Complemento ou Modificação
CGL 1.1.	Aquisição de mobiliários (mesas, cadeiras e armários), visando a estruturação das Defensorias Públicas Regionais e setores administrativos.
CGL 2.1.	Local de disponibilização do Edital: Comissão Permanente de Licitações – DPE/RS, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 666 – 4º andar, em Porto Alegre/RS, CEP 90.010-190, horário de expediente da DPE/RS, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou no site www.defensoria.rs.def.br , aba Licitações. E-mail: licitacao@defensoria.rs.gov.br
CGL 2.2.	Endereço eletrônico do ambiente de disputa: www.pregaoonlinebanrisul.com.br
CGL 3.1.	Data: 06/05/2019 Horário de abertura das propostas: 10:00h Horário do início da disputa: 14:00h
CGL 4.1.1.	Participação preferencial de microempresa e empresa de pequeno porte.
CGL 4.1.2.	Não será permitida participação de Consórcio.
CGL 4.2.8.	Será permitida a participação de Cooperativa de Trabalho. Para fins de habilitação, as Cooperativas de Trabalho deverão apresentar os seguintes documentos, em conjunto com aqueles previstos no item 13 deste Edital, no que couber: a) relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764/1971; b) declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, de cada um dos cooperados relacionados; c) comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço; d) registro previsto no art. 107 da Lei 5.764/1971; e) comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e f) documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: I - ata de fundação; II - estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; III - regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou; IV - editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; V - três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e VI - ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	g) a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
CGL 7.4.	Preço unitário e preço global.
CGL 7.12.	Não será permitida a subcontratação.
CGL 10.11.	Intervalo percentual mínimo entre lances: 0,01%
CGL 12.6.2.	Critério estabelecido no art.43, inc. IV da Lei 8.666/1993 e art. 4º, inc. XI, da Lei 10.520/2002.
CGL 12.9.	Não aplicável.
CGL 13.7.1.	<p>1. NORMAS TÉCNICAS QUE DEVEM SER UTILIZADAS</p> <p>1.1. Todo o mobiliário cotado pelas licitantes deverá estar de acordo com as normas atualizadas da ABNT, independente de estarem listadas no Anexo II - Termo de Referência, e especificado de forma clara, completa e minuciosa, sob pena de desclassificação da proposta.</p> <p>1.2. Deverão também ser atendidos os manuais e instruções dos fabricantes e/ou fornecedores dos materiais e componentes do mobiliário.</p> <p>1.3. Deverão ser atendidas as seguintes Normas Técnicas:</p> <p>1.3.1. Para o item 5 do lote 1, a empresa vencedora deverá apresentar juntamente a sua proposta de preços, Certificado de conformidade de produtos, emitidos pela ABNT (NBR 13966:2008 – Móveis para escritório), ou laudo de conformidade emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO ou equivalente, em conformidade com a citada norma.</p> <p>1.3.2. - Para os itens (1, 2, 3, 4 e 6) de lote 1, a empresa vencedora deverá apresentar juntamente com a sua proposta de preços, Certificado de conformidade de produtos, emitidos pela ABNT (NBR 13961:2010 – Móveis para escritório – Armários) ou laudo de conformidade emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO ou equivalente, em conformidade com a citada norma.</p> <p>1.3.3. Para o lote 1 será exigido relatórios de ensaio em nome da empresa licitante ou fabricante do mobiliário, emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro, com o resultado da realização de ensaios laboratoriais em amostras dos materiais listados abaixo, de maneira a determinar/comprovar:</p> <p>Fita de borda (NBR 16332:14)</p> <p>a) Resistência à luz UV – igual ou maior grau 3;</p> <p>b) Determinação de aderência corte cruzado – maior ou igual 3B;</p> <p>c) Determinação resistência álcool etílico – sem alterações;</p> <p>d) Determinação resistência a temperatura – maior ou igual a 70°C sem alterações;</p> <p>e) Determinação da resistência a temperatura e umidade – maior ou igual grau 4;</p> <p>f) Ensaio de colagem (resistência à tração) – maior ou igual a 40N.</p> <p>Laminado decorativo (NBR 15761:09)</p> <p>a) Resistência ao risco – carga mínima 4N;</p> <p>b) Resistência ao impacto – altura máxima igual ou maior que 400mm;</p> <p>c) Resistência à abrasão – mínimo 300 ciclos;</p> <p>d) Resistência a alta temperatura – igual ou maior Grau 3;</p> <p>e) Resistência ao vapor – mínimo grau 4.</p>



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

<p>1.3.4. Para o lote 1 será exigido relatório de ensaio de produto emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, e conforme norma NBR8095:15 - corrosão por exposição a atmosfera úmida saturada, sem alterações em exposição mínima de 700 horas.</p> <p>1.3.5. Para o lote 1 será exigido relatório de ensaio, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, em conformidade a NBR10443/08 – determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas, comprovando espessura média acima de 60 (micras).</p> <p>1.3.6. Para o lote 1 será exigido relatório de ensaio, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, em conformidade a NBR11003:09 (Versão corrigida: 2010) – determinação da aderência da tinta com resultado igual a Y0/X0.</p> <p>1.3.7. Para o lote 1 será exigido relatório de ensaio de produto emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, e conforme norma NBR 8094 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina, de pelo menos 300 horas.</p> <p>1.3.8. Para os itens (1 e 2) do lote 2 a empresa vencedora deverá apresentar laudo técnico de ensaio de classificação, características físicas, dimensionais, estabilidade, durabilidade e de resistência estática e de impactos, expedido pelo INMETRO ou por laboratório por ele credenciado, atestando sujeição dos mesmos à norma NBR 16031:2012 - especificada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.</p> <p>1.3.9. Para os itens do lote 2 serão exigidos os seguintes relatórios de ensaio emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO em nome do licitante ou fabricante. Caso o licitante não seja o fabricante, anexar nota fiscal de compra com no mínimo 60 dias comprovando aquisição.</p> <p>a) Relatório com base na NBR 8537:2015 – Determinação de densidade.</p> <p>b) Relatório com base na NBR 8515:2003 – Determinação de resistência à tração</p> <p>c) Relatório com base na NBR 8516:2003 – Determinação de resistência ao rasgamento</p> <p>d) Relatório com base na NBR 8619:2003 – Determinação de resiliência</p> <p>e) Relatório com base na NBR 8797:2003 – Determinação de deformação permanente à compressão</p> <p>f) Relatório com base na NBR 8910:2003 – Determinação de resistência à compressão.</p> <p>g) Relatório com base na NBR 9176:2003 – Determinação de força de indentação</p> <p>h) Relatório com base na NBR 9177:2003 – Determinação de fadiga dinâmica</p> <p>i) Relatório com base na NBR 9178:2003 – Determinação de características de queima</p> <p>j) Relatório com base na NBR 14961:2007 - Determinação de teor de cinzas.</p> <p>k) Certificado do fabricante, emitido por laboratório de que a espuma utilizada é isenta de Clorofluorcarbono - CFC.</p> <p>2. Laudo de médico do trabalho ou engenheiro mecânico atestando a conformidade do mobiliário com a NR17 do Ministério do Trabalho e Emprego – M.T.E.</p> <p>3. Apresentar Catálogo/Folder/Caderno ilustrativo do produto cotado, em língua portuguesa, com nível de informação suficiente para avaliação do pregoeiro e sua equipe, informando também marca, modelo e código de certificação, tendo como requisitos as condições indicadas no termo de referência, sob pena de desclassificação.</p> <p>4. Apresentar, conforme disposto na IN n.º 01/2010 do Ministério do Planejamento, laudo ou certificado que comprove que as matérias-primas objeto da disputa, e ofertadas pela empresa licitante, observam os requisitos ambientais para a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.</p>



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	<p>5. Apresentar licença de Operação (LO) Ambiental do fabricante emitida pelo órgão estadual ou municipal competente, da sede do licitante conforme Lei Federal nº 6.938/81 e as Resoluções nº 01 de 08/03/1990 e nº 237 de 19/12/1997 do CONAMA.</p> <p>6. Apresentar Certificado de Regularidade e Certidão Negativa de Débito junto ao IBAMA da Empresa fabricante.</p> <p>7. Apresentar Relatório de inspeção em Pintura (NIAT – Núcleo de Informação e Assessoria Técnica e Tecnológica) das partes metálicas contidas nos equipamentos ofertados, mencionando que o acabamento aplicado nas placas metálicas é a pintura eletrostática epóxi.</p>
CGL 13.10.	Comissão Permanente de Licitações – DPE-RS, na Av. Sete de Setembro nº 666 – 4º Andar, em Porto Alegre/RS, CEP 90.010-190, horário de expediente da DPE/RS, de segunda a sexta-feira em dias úteis.
CGL 15.10.	O prazo de vigência da Ata será de 12 (doze) meses.
CGL 15.11.	A partir da data da publicação da súmula da Ata no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul – DED.
CGL 16.5.	O licitante vencedor deverá entregar o objeto junto ao Centro de Distribuição de Logística (CDL), localizado na Rua Câncio Gomes, 241, bairro Floresta, Porto Alegre, CEP 90.220-060, horário de funcionamento das 9h às 12h e das 13h às 18h, telefone (51) 3225-4641 (o endereço poderá ser alterado durante o trâmite do certame, sendo indubitavelmente no Município de Porto Alegre/RS, razão pela qual o fornecedor deverá observar a Autorização de Fornecimento ou documento equivalente no momento da entrega), no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.
CGL 19.1.	Não aplicável.
CGL 20.3.	<ul style="list-style-type: none">- Obedecer às especificações dos objetos, constantes do Anexo II - Termo de Referência, da proposta apresentada e do ato convocatório, cumprindo o prazo estabelecido;- Responsabilizar-se pelo transporte dos objetos/produtos até as dependências da contratante, como também pelas despesas a ele inerentes.- Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos materiais fornecidos, que deverão ser novos, devidamente embalados, lacrados e de primeira qualidade.- Substituir em até 05 (cinco) dias os materiais que porventura não atenderem às especificações do Anexo II – Termo de Referência ou legislação vigente.
CGL 21.1.	Não será solicitada garantia de execução de contrato.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de **mobiliários (mesas, cadeiras e armários)**, visando a estruturação das Defensorias Públicas Regionais e setores administrativos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O presente termo de referência justifica-se pela necessidade de atender as Defensorias Regionais e/ou setores administrativos estão recebendo uma nova estrutura ou transferência de local.

Salientamos que os referidos itens de compra serão destinados, principalmente para estruturar as unidades de atendimento que estão saindo das dependências do Fórum.

Considerando a distribuição dos móveis durante o ano de 2018, bem como a estruturação de 20 novos locais de atendimento, justificamos a necessidade de adquirir novos móveis, projetando a ampliação da Instituição e a abertura/transferência de 30 novas sedes da DPE.

Outrossim, registramos o fato que todas as compras da unidade de patrimônio visam atender as demandas futuras, bem como a substituição de bens que sofreram ação do tempo ou foram danificados durante o desenvolvimento das atividades.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. O lote, quantitativo e as especificações do material do presente termo de referência são os elencados no quadro abaixo:

LOTE 1		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	<p>Objeto: Armário alto com duas portas – AA1</p> <p>Descrição: Confeccionado em MDF, revestido nas duas faces com laminado melamínico BP, com duas portas de sobrepor e cinco prateleiras internas; totalmente apoiado em base metálica para reforço e fixação das sapatas niveladoras. Com as seguintes características:</p> <p>a) Corpo, laterais, base, portas e fundo de 18mm de espessura, tampo e prateleiras de 25mm, encabeçamento lateral reto em material polimérico de alto impacto, 1mm de espessura, na cor do laminado, sendo a borda frontal do tampo com encabeçamento em material polimérico liso de, no mínimo, 2,5mm de espessura, também na cor do laminado;</p> <p>b) Uma prateleira fixa à altura de 960 mm do piso e as demais com altura regulável, por meio de pinos de aço em furação com passo de,</p>	150



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	<p>aproximadamente, 60 mm, na face interna dos painéis laterais e do fundo do móvel, constituindo 05 furos por plano de regulagem, com capacidade para, no mínimo, 60Kg por plano de carga;</p> <p>c) Puxadores de embutir injetados em polipropileno, cor cinza compatível, modelo profissional (não residencial), dobradiças em aço com abertura das portas em 270 graus e fechadura de comando único, tipo Cremona com fechamento superior e inferior, com duas chaves (Soprano ou similar).</p> <p>d) Base do móvel estruturada com requadro em tubo de aço 20x50mm de, no mínimo, 1,2 mm de espessura, com fixação desse à base por meio de parafusos de rosca milimétrica em buchas metálicas em Zamak. Sapatas niveladoras injetadas em nylon fixadas ao requadro metálico por meio de rebite tubular com rosca interna e cabeça plana, tipo Rivkle (ou similar). Acabamento da base metálica em pintura eletrostática cinza prata.</p> <p>Padrão do melamínico: cinza argila da Duratex ou similar.</p> <p>Acabamento das superfícies metálicas: pintura eletrostática cinza prata.</p> <p>Dimensões: 900x485x1980mm (LxPxA).</p> <p>Observações:</p> <ol style="list-style-type: none">1. O item deverá ser entregue montado e embalado (plástico bolha no corpo e cantos protegidos);2. As prateleiras deverão ser embaladas (plástico bolha) e separada do item;3. Imagem conforme Manual Técnico; <p>Garantia: mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos pelo fabricante. “PODERÁ SER EXIGIDA AMOSTRA”</p>	
2	<p>Objeto: Armário baixo com duas portas – AB1</p> <p>Descrição:</p> <p>Confeccionado em MDF, revestido nas duas faces com laminado melamínico BP, com duas portas e uma prateleira interna, e tampo nivelado com as superfícies de trabalho. Com as seguintes características:</p> <p>a) Corpo, laterais, base, prateleira, portas e fundo de 18mm de espessura e tampo de 25mm, encabeçamento lateral reto em todos os lados em material polimérico de alto impacto, 1mm de espessura, na cor do laminado, sendo a borda do tampo com encabeçamento em material polimérico liso de, no mínimo, 2,5mm de espessura, também na cor do laminado; no fundo do móvel, localizado no centro e a, aproximadamente, 40mm abaixo do tampo, um furo passa-cabo com diâmetro aproximado de 60mm e acabamento em material polimérico na</p>	100



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	<p>cor do laminado, nas duas faces;</p> <p>b) Prateleira com altura regulável, por meio de pinos de aço em furação, com passo de, aproximadamente, 60mm, na face interna dos painéis laterais e do fundo do móvel, constituindo 05 furos por plano de regulagem.</p> <p>c) Puxadores de embutir injetados em polipropileno, cor cinza compatível, modelo profissional (não residencial). Dobradiças em aço com abertura das portas em 270 graus e fechadura frontal tipo cilindro ou de comando único com fechamento superior e inferior, tipo cremona, com duas chaves (Soprano ou similar).</p> <p>d) Base do móvel estruturada com requadro em tubo de aço de, no mínimo, 20x50mm, 1,2mm de espessura, com fixação desse à base por meio de parafusos de rosca milimétrica em buchas metálicas em Zamak. Sapatas niveladoras injetadas em nylon fixadas ao requadro metálico por meio de rebite tubular com rosca interna e cabeça plana, tipo Rivkle (ou similar). Acabamento da base metálica em pintura eletrostática cinza prata.</p> <p>Padrão do melamínico: cinza argila da Duratex ou similar.</p> <p>Acabamento das partes metálicas: pintura eletrostática cinza prata.</p> <p>Dimensões: 900x600x730mm (LxPxA).</p> <p>Observações:</p> <ol style="list-style-type: none">1. O item deverá ser entregue montado e embalado (plástico bolha no corpo e cantos protegidos);2. A prateleira deverá ser embalada (plástico bolha) e separada do item;3. Imagem conforme Manual Técnico; <p>Garantia: mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos pelo fabricante. “PODERÁ SER EXIGIDA AMOSTRA”</p>	
3	<p>Objeto: Estante alta com 15 escaninhos – EE15</p> <p>Descrição:</p> <p>Confeccionada em MDF, revestido nas duas faces com laminado melamínico BP, com 05 planos de carga (base mais 04 prateleiras fixas) e 02 divisores verticais fixos em cada plano, constituindo 15 escaninhos de aproximadamente 300mm de largura por 363mm de altura; totalmente apoiado em base metálica para reforço e fixação das sapatas niveladoras. Com as seguintes características:</p> <p>a) Corpo, laterais, base, fundo, prateleiras e divisores verticais de 18mm, e tampo de 25mm, encabeçamento lateral reto em material polimérico de alto impacto, 1mm de espessura, na cor do laminado, sendo a borda frontal do tampo com encabeçamento em material polimérico liso de, no mínimo, 2,5mm de espessura, também na cor do laminado;</p> <p>b) Prateleiras e divisores verticais fixos, por meio de parafusos tipo</p>	150



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	<p>Rotofix ou entarugamento, tendo os divisores dimensão de 252x359 (prof x alt). Cada prateleira deve ter capacidade para suportar, no mínimo, 60kg.</p> <p>c) Base do móvel estruturada com requadro em tubo de aço 20x50mm de, no mínimo, 1,2 mm de espessura, com fixação desse à base por meio de parafusos de rosca milimétrica em buchas metálicas em Zamak. Sapatas niveladoras injetadas em nylon fixadas ao requadro metálico, por meio de rebite tubular com rosca interna e cabeça plana, tipo Rivkle (ou similar). Acabamento da base metálica em pintura eletrostática cinza prata.</p> <p>Padrão do melamínico: cinza argila da Duratex ou similar.</p> <p>Acabamento das superfícies metálicas: pintura eletrostática cinza prata.</p> <p>Dimensões: 900x485x1980mm (LxPxA).</p> <p>Observações:</p> <ol style="list-style-type: none">1. O item deverá ser entregue montado e embalado (plástico bolha no corpo e cantos protegidos);2. Imagem conforme Manual Técnico; <p>Garantia: mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos pelo fabricante. “PODERÁ SER EXIGIDA AMOSTRA”</p>	
4	<p>Objeto: Estante baixa para impressora 60 x 60 cm – EB1</p> <p>Descrição:</p> <p>Estante baixa com pé-painel e 02 prateleiras sob o tampo.</p> <p>a) Tampo: confeccionado em MDF (Medium Density Fiberboard), (25mm de espessura) com revestimento em laminado melaminico de baixa pressão (BP0 nas duas faces, com encabeçamento lateral reto, em material polimérico de alto impacto (1mm de espessura) e bordas ativas em material polimérico liso de, no mínimo, 2,0mm de espessura na cor do laminado.</p> <p>b) Estrutura /corpo: composto por painéis laterais (pé-painel), painel transversal (fundo) e 02 prateleiras fixas sob o tampo em MDF (Medium Density Fiberboard) com 18mm de espessura, com revestimento em laminado melamínico de baixa pressão (BP) nas faces, no mesmo padrão do tampo, com encabeçamento reto. Em fita de material polimérico de alto impacto (1mm de espessura), na cor dos laminado. Sapatas niveladoras reguláveis fixadas na base dos painéis laterais, pó meio de porcas-garras (zincadas), dimensionadas de acordo com as sapatas.</p> <p>Padrão do melamínico: cinza argila da Duratex ou similar.</p> <p>Dimensões: 600x600x730mm(LXPXA).</p> <p>Observações:</p>	200



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	<p>1. O item deverá ser entregue montado e embalado (plástico bolha no corpo e cantos protegidos);</p> <p>2. Imagem conforme Manual Técnico;</p> <p>Garantia: mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos pelo fabricante. “PODERÁ SER EXIGIDA AMOSTRA”</p>	
5	<p>Objeto: Armário alto tipo estante - AE1</p> <p>Descrição: Confeccionado em MDF, revestido nas duas faces com laminado melamínico BP, com tampo intermediário (ou prateleira fixa) reforçado(a) por meio de travessa em tubo 20x30mm, com uma prateleira interna e duas portas de sobrepor na parte inferior (armário) e 03 prateleiras externas na parte superior (estante); totalmente apoiado em base metálica para reforço e fixação das sapatas niveladoras. Com as seguintes características:</p> <p>a) Corpo, laterais, base, portas e fundo de 18mm, prateleiras e tampos (superior e intermediário) de 25mm, encabeçamento lateral reto em material polimérico de alto impacto, 1mm de espessura, na cor do laminado, sendo a borda frontal do tampo com encabeçamento em material polimérico liso de, no mínimo, 2,5mm de espessura, também na cor do laminado;</p> <p>b) Prateleiras com altura regulável, por meio de pinos de aço em furação, com passo de, aproximadamente, 60mm, na face interna dos painéis laterais e do fundo do móvel, constituindo 05 furos por plano de regulagem, com capacidade para, no mínimo, 60Kg por plano de carga;</p> <p>c) Puxadores de embutir injetados em polipropileno, cor cinza compatível, modelo profissional (não residencial). Dobradiças em aço com abertura das portas em 270 graus e fechadura de comando único, tipo Cremona com fechamento superior e inferior, com duas chaves (Soprano ou similar);</p> <p>d) Base do móvel estruturada com requadro em tubo de aço 20x50mm de, no mínimo, 1,2 mm de espessura, com fixação desse à base por meio de parafusos de rosca milimétrica em buchas metálicas em Zamak. Sapatas niveladoras injetadas em nylon fixadas ao requadro metálico, por meio de rebite tubular com rosca interna e cabeça plana, tipo Rivkle (ou similar). Acabamento da base metálica em pintura eletrostática cinza prata.</p> <p>Padrão do melamínico: cinza argila da Duratex ou similar.</p> <p>Acabamento das partes metálicas: pintura eletrostática cinza prata.</p> <p>Dimensões: 900x485x1980mm (LxPxA). Altura do tampo intermediário: 730mm.</p> <p>Observações:</p>	150



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	<p>1. O item deverá ser entregue montado e embalado (plástico bolha no corpo e cantos protegidos);</p> <p>2. As prateleiras deverão ser embaladas (plástico bolha) e separada do item;</p> <p>3. Imagem conforme Manual Técnico;</p> <p>Garantia: mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos pelo fabricante. “PODERÁ SER EXIGIDA AMOSTRA”</p>	
6	<p>Objeto: Gaveteiro volante com 3 gavetas - GV3</p> <p>Descrição: Confeccionado em MDF, revestido em melamínico BP emadeirado cinza argila da Duratex (ou similar) nas duas faces, ou em aço, com duas gavetas médias, mais um gavetão para pastas suspensas. Com sistema que evite tombamento quando abertas as gavetas, e rodízios duplos com banda de material polimérico, ocultos, com no mínimo Ø 35mm. Com as seguintes características:</p> <p>a) No modelo em madeira, corpo totalmente de 18mm de espessura e tampo de 25mm, com encabeçamento lateral reto, em material polimérico de alto impacto, 1mm de espessura, na cor do laminado, sendo a borda frontal do tampo com encabeçamento em material polimérico liso de, no mínimo, 2,0mm de espessura, também na cor do laminado;</p> <p>b) Gavetas em aço chapa #22, 0,75mm de espessura, laminado a frio com tratamento antiferrugem e pintura eletrostática, cor preto fosco, caixa do gavetão alta (mínimo 200mm); frente das gavetas em MDF de 18mm, revestido com melamínico BP emadeirado cinza argila da Duratex (ou similar), com encabeçamento lateral reto, em material polimérico de alto impacto, 1mm de espessura, na cor do laminado, frentes de sobrepor. Deslizamento por meio de correções metálicas apoiadas, em aço estampado, com roletes de nylon autolubrificante (cor no padrão das gavetas), capacidade de carga de, no mínimo, 20Kg em cada gaveta e 45kg para o gavetão. Puxadores de embutir injetados em polipropileno, cor cinza compatível, modelo profissional (não-residencial), com capacidade de resistência ao esforço de puxar e deslocar o corpo do móvel. Fechadura frontal com mecanismo de fechamento simultâneo para todas as gavetas (tipo Soprano ou similar), com duas chaves.</p> <p>Padrão do melamínico: cinza argila da Duratex ou similar. Acabamento das superfícies metálicas: pintura eletrostática cinza prata. Dimensões: 450x470x610mm (LxPxA).</p>	150



	<p>Observações:</p> <ol style="list-style-type: none">1. O item deverá ser entregue montado e embalado (plástico bolha no corpo e cantos protegidos);2. Os rodízios duplos deverão ser fixados no item;3. Imagem conforme Manual Técnico; <p>Garantia: mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos pelo fabricante. “PODERÁ SER EXIGIDA AMOSTRA”</p>	
7	<p>Objeto: Gaveteiro volante com 4 gavetas - GV4</p> <p>Descrição:</p> <p>Tampo: Confeccionado em madeira MDF de 25 mm de espessura respectivamente, revestida nas duas faces com filme melamínico texturizado, que por efeito de prensagem a quente, faz o filme se fundir a madeira, formando com ela um corpo único e inseparável, com acabamento em fita de borda PVC de 2,5mm de espessura e raio 2 mm em todas as extremidades.</p> <p>Corpo: Costa, bases e laterais confeccionadas em madeira MDF de 18 mm de espessura respectivamente, revestida com filme melamínico texturizado nas duas faces, que por efeito de prensagem a quente, faz o filme se fundir a madeira, formando com ela um corpo único e inseparável, com acabamento em fita de borda PVC de 1,0 mm de espessura em todas as extremidades. Todas as peças do corpo do Gaveteiro são unidas por sistema de fixação tipo fix em nylon injetado.</p> <p>Frentes de gaveta: Confeccionado em madeira MDF de 18 mm de espessura respectivamente, revestida com filme melamínico texturizado nas duas faces, que por efeito de prensagem a quente, faz o filme se fundir a madeira, formando com ela um corpo único e inseparável, com acabamento em fita de borda PVC de 1 mm de espessura em todas as extremidade. Fechadura escamoteável na fixada na parte frontal com trava simultânea das gavetas pelo sistema de tranca interna em aço que é estampada conforme o número de gavetas. Puxadores de embutir injetados em polipropileno, cor cinza compatível, modelo profissional (não-residencial), com capacidade de resistência ao esforço de puxar e deslocar o corpo do móvel.</p> <p>Gavetas: Gavetas internas confeccionadas em aço chapa #22, 0,75mm de espessura, laminado a frio com tratamento antiferrugem e pintura eletrostática, cor preto fosco. Frente das gavetas em MDF de 18mm, revestido com melamínico BP madeirado cinza argila da Duratex (ou similar), com encabeçamento lateral reto, em material polimérico de alto impacto, 1mm de espessura, na cor do laminado, frentes de sobrepor. Deslizamento das gavetas por meio de trilho telescópico zincado branco slim 400x35 mm em aço estampado com rolamentos de esfera de aço,</p>	300



	<p>largura de instalação de 12,7mm removível, abertura que permite total acesso à profundidade da gaveta possui limitador de saída e mecanismo contra escape, com capacidade de até 25 Kg, fixados nas laterais do gaveteiro e das gavetas por meio de parafuso auto cortante 14x3,5 mm tipo chipboard para madeira.</p> <p>Rodízios: Rodízios de duplo giro com 35 mm de diâmetro na cor preta fixados na base inferior do gaveteiro por meio de buchas de nylon medindo 9 x 6 e parafusos Philips 3,5 x 14 cabeças-chatas chatas, fazendo com que possa montar e desmontar sem danos posteriores.</p> <p>Padrão do melamínico: cinza argila da Duratex ou similar.</p> <p>Acabamento das superfícies metálicas: pintura eletrostática cinza prata.</p> <p>Dimensões: 430x500x640mm (LxPxA).</p> <p>Observações:</p> <ol style="list-style-type: none">1. O item deverá ser entregue montado e embalado (plástico bolha no corpo e cantos protegidos);2. Os rodízios duplos deverão ser fixados no item;3. Imagem conforme Manual Técnico; <p>Garantia: mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos pelo fabricante. “PODERÁ SER EXIGIDA AMOSTRA”</p>	
8	<p>Objeto: Mesa angular formato L 140 cm – MA140</p> <p>Descrição:</p> <p>a)Tampo: sem emendas (não-composto), confeccionado em MDF, 25mm de espessura, revestido em laminado melamínico de baixa pressão (BP) nas duas faces, com encabeçamento lateral reto em material polimérico de alto impacto, 1mm de espessura, e bordas ativas em material polimérico liso de, no mínimo, 2,0mm de espessura, na cor do laminado. A curvatura do ângulo da borda proximal, em razão da ergonomia, deverá possuir raio com dimensão situada entre 300mm (raio mínimo) e 350mm (raio máximo). Deverá ter três furos passa-cabos, um em cada canto, no lado interno da retaguarda, com acabamento em material polimérico na cor do tampo. Fixação do tampo por meio de parafusos com rosca milimétrica em buchas metálicas em Zamak.</p> <p>b) Retaguarda (saia): em MDF (espessura mínima 18mm) revestido em laminado melamínico BP nas duas faces, no mesmo padrão da superfície de trabalho, com encabeçamento das bordas reto em material polimérico de alto impacto, 1mm de espessura, na cor do laminado. Tem função estrutural, sendo fixada nos pedestais, fazendo a união desses elementos. Deve possuir uma altura mínima de 300mm. Com furos passantes, para fixação do painel de resguardo (ver descrição do painel).</p> <p>c) Estrutura (pedestais):</p>	150



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	<p>c.1) Pedestal lateral - com as seguintes características: - CORPO/COLUNA em alumínio extrudado ou aço (espessura mínima 0,9mm, chapa #20), com calha para passagem de fios e cabos, bem como armazenagem do excesso desses, com tampa removível de saque frontal. Com suporte para apoio e fixação ao tampo e solução para fixação da retaguarda. - BASE em aço dobrado (chapa 14, 1,9mm de espessura) com ponteiros de material polimérico ou em aço estampado tipo pedestal “Welloze” ou similar compatível. Com sapatas niveladoras reguláveis;</p> <p>c.2) Pedestal de canto - em alumínio extrudado ou aço dobrado (espessura mínima 0,9mm, chapa #20), com recurso para passagem de fios e cabos, com suporte para apoio e fixação ao tampo, bem como solução para fixação das retaguardas, com sapata niveladora regulável; deverá compor com os pedestais laterais (formando um conjunto).</p> <p>d) Suportes para Fios: tipo calha fabricada em aço SAE 1020 0,9mm, com 01 ou 02 níveis, para passagem e alojamento de fios e cabos excedentes, e apoio de filtros para tomadas. Deve ter, no mínimo, 60mm de profundidade e 50mm de altura na aba. Fixados sob o tampo, no lado interno das retaguardas (01 suporte para cada retaguarda), devendo atender 500mm da extensão da mesma. Fixação por meio de parafusos com rosca milimétrica em buchas metálicas em Zamak.</p> <p>Padrão do melamínico: cinza argila da Duratex ou similar. Acabamento das partes metálicas: pintura eletrostática cinza prata. Dimensões: 1400x600x1400x600mm, altura 730mm. Observações: 1. O item deverá ser entregue desmontado e cada volume/peça embalado (plástico bolha no corpo e cantos protegidos); 2. Acompanha kit (completo) de parafusos para montagem do item; 3. Imagem conforme Manual Técnico;</p> <p>Garantia: mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos pelo fabricante. “PODERÁ SER EXIGIDA AMOSTRA”</p>	
9	<p>Objeto: Mesa formato retangular 120 cm – MR120 Descrição: a) Tampo: confeccionado em MDF, 25mm de espessura, revestido em laminado melamínico de baixa pressão (BP) nas duas faces, com encabeçamento lateral reto, em material polimérico de alto impacto, 2,5mm de espessura, e bordas ativas em material polimérico liso ou estriado de, no mínimo, 2,5mm de espessura, na cor do laminado. Furo passa-cabos com 60mm de diâmetro, centralizado, no lado interno da retaguarda, com acabamento em material polimérico na cor do tampo. Fixação do tampo por meio de parafusos com rosca milimétrica em</p>	300



	<p>buchas metálicas.</p> <p>b) Retaguarda (saia): em MDF (espessura mínima 18mm) revestido em laminado melamínico BP nas duas faces, no mesmo padrão da superfície de trabalho, com encabeçamento das bordas reto, em fita de material polimérico de alto impacto (1mm de espessura) na cor do laminado. Tem função estrutural, sendo fixada nos pedestais, fazendo a união desses elementos. Deve possuir uma altura mínima de 400mm. Com furos passantes, para fixação do painel de resguardo (ver descrição do painel).</p> <p>c) Estrutura (pedestais):</p> <p>c.1) Pedestais Laterais - com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">- CORPO/COLUNA em alumínio extrudado ou aço (espessura mínima 0,9mm, chapa #20), com calha para passagem de fios e cabos, bem como armazenagem do excesso desses, com tampa metálica removível de saque frontal. Com suporte para apoio e fixação ao tampo e solução para fixação da retaguarda.- BASE em aço dobrado (chapa 14, 1,9mm de espessura) sem ponteiras em aço estampado tipo pedestal Welloze ou similar compatível. Com sapatas niveladoras reguláveis. <p>d) Suporte para Fios: tipo calha fabricada em aço SAE 1020 0,9mm, com 01 ou 02 níveis, para passagem e alojamento de fios e cabos excedentes, e apoio de filtros para tomadas. Deve ter, no mínimo, 60mm de profundidade e 50mm de altura na aba. Fixado sob o tampo, no lado interno da retaguarda, centralizado, devendo ter 300mm de extensão. Fixação por meio de parafusos com rosca milimétrica em buchas metálicas.</p> <p>Padrão do melamínico: cinza argila da Duratex ou similar.</p> <p>Acabamento das partes metálicas: pintura eletrostática cinza prata.</p> <p>Dimensões: 1200x600x730mm (LxPxA).</p> <p>Observações:</p> <ol style="list-style-type: none">1. O item deverá ser entregue desmontado e cada volume/peça embalado (plástico bolha no corpo e cantos protegidos);2. Acompanha kit (completo) de parafusos para montagem do item;3. Imagem conforme Manual Técnico; <p>Garantia: mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos pelo fabricante. “PODERÁ SER EXIGIDA AMOSTRA”</p>	
10	<p>Objeto: Mesa para reunião canoa 8 lugares – MR8</p> <p>Descrição:</p> <p>Constituída de tampo em forma de canoa, retaguarda dupla e dois pedestais. Com as seguintes características: Tampo: em peça única (inteiro), confeccionado em MDF (Medium Density Fiberboard), de 25</p>	05



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

mm de espessura revestido, nas duas faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), com encabeçamento de bordas reto em material polimérico liso de 2,5mm de espessura na cor do laminado, e bordas arredondadas conforme a ABNT (raio de 2,5mm nas junções borda com superfície de trabalho). Na parte central do tampo, um recorte de no mínimo 735x131mm, com tampa basculante e pino de nylon tipo espelho em alumínio, com furo(s) para passagem de fios e cabos, com acabamento em material polimérico na cor do espelho. A altura mínima entre a superfície e a base onde estarão localizados os plugs deverá ter no mínimo 80mm, possibilitando a instalação de plugs e o perfeito fechamento da tampa.

Fixação do tampo por meio de parafusos com rosca milimétrica em buchas metálicas em Zamak. Estrutura (pedestais): com as seguintes características: CORPO/COLUNA em alumínio extrudado ou em aço estampado (espessura mínima 0,9mm, chapa#20), com calha para passagem de fios e cabos, bem como armazenagem do excesso desses, com tampa metálica removível de saque frontal. Com suporte para apoio e fixação ao tampo e solução para fixação das retaguardas, Weloze ou similar compatível; BASE em aço estampado (espessura mínima 1,9mm, chapa #14) tipo pedestal Welloze ou similar compatível. Com sapatas niveladoras reguláveis. Retaguarda (saia): retaguarda dupla, constituída de 02 peças paralelas afastadas entre si, confeccionadas em MDF (Medium Density Fiberboard) de 18mm de espessura revestido, nas duas faces, em laminado melamínico BP no padrão da superfície de trabalho, com encabeçamento de bordas reto em material polimérico (1mm de espessura) na cor do laminado. Tem função estrutural, sendo as duas peças que a compõem fixadas nos pedestais, espaçadas entre si, fazendo a união desses elementos. Deve possuir uma altura mínima de 370mm. Calha central (passa-cabo): espelho em aço, tipo peça única, medindo, em seu total, 735x131mm (compr. x larg.) com suporte em chapa de aço de 0,9mm de espessura, com furações para acomodar no mínimo quatro pontos para rede elétrica, três pontos para RJ45 padrão Systemax e três pontos padrão Keystone. Deverá possuir sistema com tampa basculante com pino de nylon, em alumínio sendo seu acabamento em pintura eletrostática cinza prata.

Suporte para Fios: tipo calha fabricada em aço SAE 1020 0,9mm, com 01 ou 02 níveis, para passagem e alojamento de fios e cabos excedentes, e apoio de filtros para tomadas. Deve ter, no mínimo, 60mm de profundidade e 50mm de altura na aba. Fixado sob o tampo, no lado interno das retaguardas, devendo atender toda a extensão da mesma. Fixação por meio de parafusos com rosca milimétrica em buchas



	<p>metálicas em Zamak.</p> <p>Padrão do melamínico: padrão cinza argila da Duratex ou similar, conforme conveniência administrativa da contratante. Acabamento das partes metálicas: pintura eletrostática cinza prata.</p> <p>Dimensões: 2000x1200x730mm.</p> <p>Observações:</p> <ol style="list-style-type: none">1. O item deverá ser entregue desmontado e cada volume/peça embalado (plástico bolha no corpo e cantos protegidos);2. Acompanha kit (completo) de parafusos para montagem do item;3. Imagem conforme Manual Técnico; <p>Garantia: mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos pelo fabricante. “PODERÁ SER EXIGIDA AMOSTRA”</p>	
11	<p>Objeto: Mesa para reunião quadrada 4 lugares – MR4</p> <p>Descrição: Constituída de tampo (formato quadrado) e pedestal central em aço. Com as seguintes características:</p> <p>Tampo: em MDF, 25mm de espessura, revestido, nas duas faces, em laminado melamínico de baixa pressão (BP) texturizado, com encabeçamento de bordas reto em material polimérico liso de, no mínimo, 2,0mm de espessura, na cor do laminado, e bordas arredondadas (raio de 2,5mm nas junções borda com superfície de trabalho).</p> <p>Estrutura: pedestal central confeccionado em aço, com corpo e base compostos, constituindo um conjunto na forma de "X" ou "Y", ou, ainda, com corpo tubular e base em "X" ou "Y". Com as seguintes características:</p> <p>CORPO/COLUNA simples ou composta, em aço dobrado (espessura mínima 0,9mm, chapa #20), ou em aço tubular SAE 1020, Ø100mm (mínimo) e parede com, no mínimo, 1,5mm de espessura, com suporte(s) para apoio e fixação ao tampo, por meio de parafusos com rosca milimétrica em buchas metálicas em Zamak;</p> <p>a) BASE em aço dobrado (chapa 14, 1,9mm de espessura) com ponteiros de material polimérico ou em aço estampado tipo pedestal marca Welloze ou similar compatível. Com sapatas niveladoras reguláveis.</p> <p>Padrão do melamínico: cinza argila da Duratex ou similar.</p> <p>Acabamento das partes metálicas: pintura eletrostática cinza prata.</p> <p>Dimensões: 1000x1000x730mm (LxPxX)</p> <p>Observações:</p> <ol style="list-style-type: none">1. O item deverá ser entregue desmontado e cada volume/peça embalado (plástico bolha no corpo e cantos protegidos);2. Acompanha kit (completo) de parafusos para montagem do item;	40



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	<p>3. Imagem conforme Manual Técnico; Garantia: mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos pelo fabricante. “PODERÁ SER EXIGIDA AMOSTRA”</p>	
12	<p>Objeto: Mesa para reunião canoa 10 lugares – MR10 Descrição: Constituída de tampo (repartido ao meio com fixação invisível das duas partes) em forma de canoa, retaguarda dupla e dois pedestais. Com as seguintes características: Tampo: duas partes iguais formando o interior, confeccionado em MDF (Medium Density Fiberboard), de 25 mm de espessura revestido, nas duas faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP), com encabeçamento de bordas reto em material polimérico liso de 2,5mm de espessura na cor do laminado, e bordas arredondadas conforme a ABNT (raio de 2,5mm nas junções borda com superfície de trabalho). Na parte central do tampo, um recorte de no mínimo 735x131mm, com tampa basculante e pino de nylon tipo espelho em alumínio, com furo(s) para passagem de fios e cabos, com acabamento em material polimérico na cor do espelho. A altura mínima entre a superfície e a base onde estarão localizados os plugs deverá ter no mínimo 80mm, possibilitando a instalação de plugs e o perfeito fechamento da tampa. Fixação do tampo por meio de parafusos com rosca milimétrica em buchas metálicas em Zamak. Estrutura (pedestais): com as seguintes características: CORPO/COLUNA em alumínio extrudado ou em aço estampado (espessura mínima 0,9mm, chapa#20), com calha para passagem de fios e cabos, bem como armazenagem do excesso desses, com tampa metálica removível de saque frontal. Com suporte para apoio e fixação ao tampo e solução para fixação das retaguardas, Welloze ou similar compatível; BASE em aço estampado (espessura mínima 1,9mm, chapa #14) tipo pedestal Welloze ou similar compatível. Com sapatas niveladoras reguláveis. Retaguarda (saia): retaguarda dupla, constituída de 02 peças paralelas afastadas entre si, confeccionadas em MDF (Medium Density Fiberboard) de 18mm de espessura revestido, nas duas faces, em laminado melamínico BP no padrão da superfície de trabalho, com encabeçamento de bordas reto em material polimérico (1mm de espessura) na cor do laminado. Tem função estrutural, sendo as duas peças que a compõem fixadas nos pedestais, espaçadas entre si, fazendo a união desses elementos. Deve possuir uma altura mínima de 370mm. Calha central (passa-cabo): espelho em aço, tipo peça única, medindo, em seu total,735x131mm (compr. x larg.) com suporte em chapa de aço de 0,9mm de espessura, com furações para acomodar no mínimo quatro pontos para rede elétrica, três pontos para RJ45 padrão</p>	5



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	<p>Systemax e três pontos padrão Keystone. Deverá possuir sistema com tampa basculante com pino de nylon, em alumínio sendo seu acabamento em pintura eletrostática cinza prata.</p> <p>Suporte para Fios: tipo calha fabricada em aço SAE 1020 0,9mm, com 01 ou 02 níveis, para passagem e alojamento de fios e cabos excedentes, e apoio de filtros para tomadas. Deve ter, no mínimo, 60mm de profundidade e 50mm de altura na aba. Fixado sob o tampo, no lado interno das retaguardas, devendo atender toda a extensão da mesma.</p> <p>Fixação por meio de parafusos com rosca milimétrica em buchas metálicas em Zamak.</p> <p>Padrão do melamínico: padrão cinza argila da Duratex ou similar.</p> <p>Acabamento das partes metálicas: pintura eletrostática cinza prata.</p> <p>Dimensões: 2700x1200x730mm.</p> <p>Observações:</p> <ol style="list-style-type: none">1. O item deverá ser entregue desmontado e cada volume/peça embalado (plástico bolha no corpo e cantos protegidos);2. Acompanha kit (completo) de parafusos para montagem do item;3. O tampo será constituído de duas partes (fixação invisível) para facilitar no transporte do item;4. Imagem conforme Manual Técnico; <p>Garantia: mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos pelo fabricante. “PODERÁ SER EXIGIDA AMOSTRA”</p>	
LOTE 2		
1	<p>Objeto: Cadeira fixa com braços – CF1</p> <p>Descrição:</p> <p>Assento: Interno em compensado multilâminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão de 10 kgf/cm² e espessura de 10,5 mm. Espuma em poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a 55 kg/m³ e moldada anatômicamente com espessura média de 40 mm. Largura de 490 mm e profundidade de 460mm. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistente a produtos químicos.</p>	350



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Apoia braços fixos injetados em termoplástico composto texturizado polipropileno, indicado para cadeiras e poltronas de médio porte, possui design moderno e grande resistência mecânica.

Encosto: Interno em polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica, conformado anatomicamente. Espuma em poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 50 kg/m³ e moldada anatomicamente com saliência para apoio lombar e espessura média de 40 mm. Largura de 430 mm e altura de 460 mm. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistente a produtos químicos. Estrutura fixa contínua para cadeira e poltrona em tubo de aço curvado com diâmetro de 25,40 mm e espessura de 2,25 mm e placa do assento em aço estampado de 3,00 mm, totalmente soldada por sistema MIG e acabamento de superfície pintado. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epoxi pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a estrutura com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Esta estrutura possui acoplamento para fixação do suporte para encosto tipo lâmina diretamente na placa de fixação do assento sendo mais resistente que a usual fixação no interno do assento. Sapatas envolventes injetadas em polipropileno.

REVESTIMENTO:

Especificações:

Composição = Polímeros a base de PVC

Peso = 700 a 780 g/m²

Performance:

Espessura Total = min. 0,90 mm

Tensão de Ruptura Longitudinal = min. 270N/5cm

Tensão de Ruptura Transversal = min. 250N/5cm

Alongamento Estático Longitudinal = min. 15 – Máx. 25% (5k/30')

Alongamento Estático Transversal = min. 30 – Máx. 45% (5k/30')

Alongamento Permanente Longitudinal = Máx. – 3,0% (30' Repouso) /



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(30' rest)

Alongamento Permanente Transversal = Máx. – 6,0% (30' Repouso) / (30' rest)

Flamabilidade = Máx. 100mm/min Máx. 100mm/minute

Aplicações:

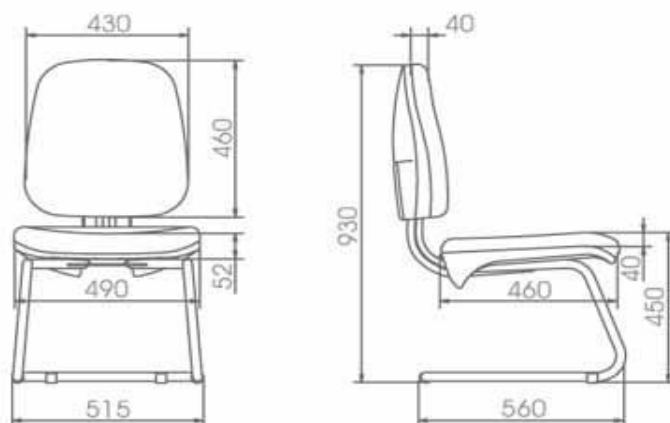
Cor e revestimento = Assentos e encostos com revestimento na cor “bordô”, sendo confeccionado em material aditivado com essência de couro natural, absorvedor de UV, retardante de chama, resistência, porosidade.

Outras Características:

Essência de Couro = Material aditivado com essência de couro natural, conferindo ao material agradável odor.

Absorvedor de UV = Material aditivado contra raios ultravioletas impedindo que a incidência de luz altere a tonalidade e/ou resseque o material.

Retardante de Chama = Material com aditivos antichama, conferindo ao produto propriedades retardantes a propagação da chama quando exposto a fontes de calor.



Cor do revestimento: “bordô”, forneceremos uma amostra da tonalidade da cor.

Observações:

1. O item deverá ser entregue montado e embalado (plástico bolha no corpo e cantos protegidos);
2. Imagem conforme Manual Técnico;

Garantia: mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos pelo fabricante.

“PODERÁ SER EXIGIDA AMOSTRA”



Objeto: Cadeira giratória com braços – CG1

Descrição:

Assento: Interno em compensado multilâminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão de 10 kgf/cm² e espessura de 10,5 mm. Espuma em poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a 55 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura média de 40 mm. Largura de 490 mm e profundidade de 460mm. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistente a produtos químicos.

Encosto: *Interno em compensado multilâminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão de 10kgf/cm² e espessura de 10,5mm ou interno em polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica*, conformado anatomicamente. Espuma em poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 50 kg/m³ e moldada anatômicamente com saliência para apoio lombar e espessura média de 40 mm. Largura de 430 mm e altura de 460 mm. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistente a produtos químicos.

2

Suporte para encosto e capa de acabamento: Suporte para encosto com regulagem de altura fabricado em chapa de aço estampada de 6,00 mm com nervura estrutural de reforço que confere alta resistência mecânica, sendo adequado para poltronas de médio e grande porte. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epoxi pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Para um perfeito apoio lombar, dispõe de regulagem de altura com curso de 65 mm com 12 estágios e acionamento automático sem necessidade de botões ou manípulos. O sistema de regulagem é fabricado em resina de engenharia poliamida (nylon 6) de alta resistência mecânica e durabilidade, com engates fáceis, precisos e isento de ruídos. Capa do suporte para encosto injetada em polipropileno texturizado que proporciona perfeito acabamento, integrando o design entre o assento e

700



o encosto.

Mecanismo: com ponto de giro deslocado em relação ao eixo de rotação proporciona excepcional conforto para o movimento relax, uma vez que o usuário não perde o contato dos pés com o chão, mantém o apoio lombar permanentemente e permite a circulação sanguínea nas pernas do usuário. Este mecanismo possui comandos extremamente fáceis que permitem na mesma alavanca a regulagem da altura e o bloqueio do movimento em 4 posições. Sua característica principal é o movimento sincronizado entre o assento e encosto com proporção de deslocamento de 1 x 2 respectivamente. Essa proporção possui uma tolerância de 2 graus para o movimento sincronizado. O ajuste da tensão possibilita adequar o movimento relax ao biotipo do usuário. Com design e projeto de última geração, dispõe de acoplamento para suporte para encosto. Este mecanismo dispõe também de sistema anti-impacto para o encosto o que impede o choque do encosto com o usuário ao desbloquear o mesmo. Seu sistema preciso de acoplamento a coluna central dá-se através de cone morse, o que confere facilidade para montagem e casos eventuais de manutenção.

Coluna de regulagem de altura e tubo telescópico: coluna de regulagem de altura por acionamento a gás com 100 mm de curso, fabricada em tubo de aço de 1,50 mm. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a coluna com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. A bucha guia para o pistão é injetada em resina de engenharia poliacetal de alta resistência ao desgaste e calibrada individualmente em dois passes com precisão de 0,03 mm. Com comprimento de 86 mm proporciona a guia adequada para o perfeito funcionamento do conjunto, evitando folgas e garantindo a durabilidade. Utilização de pistões a gás para regulagem de altura em conformidade com a norma DIN 4550 classe 4, fixados ao tubo central através de porca rápida. O movimento de rotação da coluna é sobre rolamento de esferas tratadas termicamente garantindo alta resistência ao desgaste e mínimo atrito suavizando o movimento de rotação. Sua reduzida dimensão na vertical a torna especialmente recomendada para mecanismos usados em poltronas de grande porte onde a altura mínima é fator limitante. Seu sistema preciso de acoplamento ao mecanismo e a base dá-se através de cone morse, o que confere facilidade para montagem e casos eventuais de manutenção. Capa telescópica de 3 elementos, injetada em polipropileno texturizado que proporciona ótimo acabamento e proteção à coluna central, sendo elemento de ligação estética entre a base e o



mecanismo. Eficiente sistema de fixação tanto na parte superior quanto na inferior propiciam travamento perfeito evitando que durante o uso da cadeira esta venha a se desprender da base ou, deixe o pistão aparecendo na parte superior perdendo sua função estética e de proteção, possibilitando assim, que o acúmulo de partículas possa prejudicar o funcionamento do sistema de regulagem de altura. Com estrutura em aço e capa protetora, com 5 patas, fabricada por processo robotizado de solda sistema MIG em aço tubular 25x25x1,50 mm com acabamento de superfície pintado. Película de acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a base com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Alojamento para engate do rodízio no diâmetro de 11 mm feito através de conformação a frio na extremidade da haste da base. Capa protetora em polipropileno injetado texturizado, sem emendas que proporciona perfeito acabamento e facilita a limpeza, boa resistência a abrasão dos calçados e produtos químicos. Seu sistema preciso de acoplamento a coluna central dá-se através de cone morse, o que confere facilidade para montagem e casos eventuais de manutenção.

Rodízios: Rodízio duplo, com rodas de 50 mm de diâmetro injetados em resina de engenharia poliamida (nylon 6), com aditivo anti-ultravioleta e modificador de impacto, eixo vertical em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 11 mm e eixo horizontal em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 8 mm e rodas com diâmetro de 50 mm. O eixo vertical é dotado de anel elástico em aço que possibilita acoplamento fácil e seguro à base. Por ser injetado em nylon possui grande resistência estrutural o que assegura ausência de folgas no cavalete e mínimo desgaste das rodas mesmo após a realização dos mais rígidos testes segundo normas internacionais. É indicado para uso em carpetes e similares.

REVESTIMENTO

Especificações:

Composição = Polímeros a base de PVC

Peso = 700 a 780 g/m²

Performance:

Espessura Total = min. 0,90 mm

Tensão de Ruptura Longitudinal = min. 270N/5cm

Tensão de Ruptura Transversal = min. 250N/5cm

Alongamento Estático Longitudinal = min. 15 – Máx. 25% (5k/30')

Alongamento Estático Transversal = min. 30 – Máx. 45% (5k/30')

Alongamento Permanente Longitudinal = Máx. – 3,0% (30' Repouso) /



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(30' rest)

Alongamento Permanente Transversal = Máx. – 6,0% (30' Repouso) /
(30' rest)

Flamabilidade = Máx. 100mm/min Máx. 100mm/minute

Aplicações

Cor e revestimento = Assentos e encostos com revestimento na cor “bordô”, sendo confeccionado em material aditivado com essência de couro natural, absorvedor de UV, retardante de chama, resistência, porosidade.

Outras Características

Essência de Couro = Material aditivado com essência de couro natural, conferindo ao material agradável odor.

Absorvedor de UV = Material aditivado contra raios ultravioletas impedindo que a incidência de luz altere a tonalidade e/ou resseque o material.

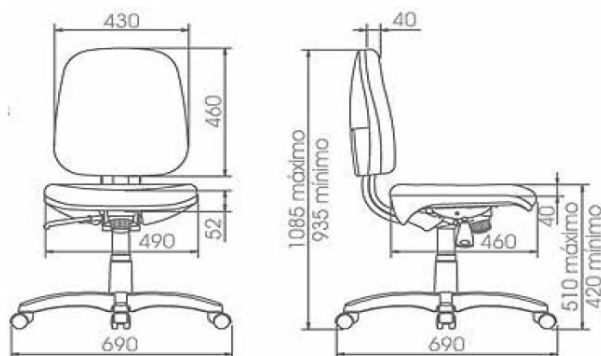
Retardante de Chama = Material com aditivos antichama, conferindo ao produto propriedades retardantes a propagação da chama quando exposto a fontes de calor.



Apoia-braços: com alma de aço estrutural revestido em polipropileno. Dimensões externas 255 x 82 mm. Suporte do apoio-braço regulável, injetado em termoplástico composto texturizado e alma de aço estrutural estampada de 6,00 mm de espessura indicado para cadeiras e poltronas de médio e grande porte. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epoxi pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície com película de aproximadamente 70 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Possui regulagem vertical com 7 estágios e curso de 55 mm. O sistema interno de regulagem é fabricado em resina de engenharia poliacetal que confere alta resistência ao desgaste e durabilidade ao produto.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Cor do revestimento: “bordô”, forneceremos uma amostra da tonalidade da cor.

Observações:

1. O item deverá ser entregue montado e embalado (plástico bolha no corpo e cantos protegidos);
2. Imagem conforme Manual Técnico;

**Garantia: mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos pelo fabricante.
“PODERÁ SER EXIGIDA AMOSTRA”**

3

Objeto: Longarina estofada com braços e 2 lugares – L2

Descrição:

Dimensões: Altura da superfície do assento: **450**; largura do assento: **460 a 500mm**; profundidade da superfície do assento: **460mm**; extensão vertical do encosto: **460mm**; largura do encosto: **430mm**; altura total da cadeira mínimo:**910**; largura total da longarina:**1310mm**.

Assento: Parte interna em compensado multilâminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão de 10 kgf/cm² e espessura de 10 mm; espuma em poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 60 a 65 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura média de 40 mm; capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc, de fácil limpeza e resistente a produtos químicos.

Encosto: Parte interna em polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica, conformada anatomicamente; espuma em poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a

200



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

55 kg/m³ e moldada anatomicamente com saliência para apoio lombar e espessura média de 40 mm; capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pcv, de fácil limpeza e resistente a produtos químicos.

Braços: Apóia braço, dimensões: 295 mm de comprimento e 50 mm de largura. Apóia braço fixo de formato curvo fechado, com alma de aço estrutural revestido em poliuretano pré-polímero integral skin, texturizado. Matéria prima totalmente isenta de CFC, não agressiva ao meio ambiente.

Laterais: Longarina para banco componível em tubo de aço 80 x 40 mm e espessura de 1,90 mm com acabamento de superfície pintado. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epoxi pó com pré-tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície com película de aproximadamente 60 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Lateral para banco componível em aço, fabricada por processo de solda sistema MIG em aço tubular oval 50x27x1,55 mm e suporte com 90x30x1,50 mm com acabamento de superfície pintado. Para cada lateral acompanha um par de deslizadores reguláveis totalmente injetados em nylon 6 e sistema de acoplamento à longarina através de parafusos M8/M10 que possibilita a fixação em qualquer ponto da longarina, garantindo robustez e facilidade de manutenção. Placa para fixação do assento junto à longarina para banco componível fabricada em chapa de aço estampada de 3,00 mm de grande resistência mecânica. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epoxi pó com pré-tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente o mecanismo com película de aproximadamente 60 microns com propriedades de resistência a agentes químicos.

O sistema de acoplamento à longarina através de abraçadeira e parafusos M8/M10, possibilita a fixação em qualquer ponto da longarina, garantindo robustez e facilidade de manutenção.

Possui acoplamento para suporte para encosto tipo lâmina e possibilita a fixação diretamente no corpo da placa sendo muito mais resistente que a usual fixação no interno do assento.

Revestimento do assento e do encosto: Sanleather (laminado de PVC expandido), composição de polímeros a base de PVC, aditivado com essência de couro natural, com absorvedor de UV aditivado contra raios ultravioletas, com retardante de chama, micro perfuração para facilitar a passagem do ar e o processo de transpiração. Gramatura de 700 a 780 g/m².

Cor do revestimento: “bordô”, forneceremos uma amostra da



	<p>tonalidade da cor.</p> <p>Observações:</p> <p>1. O item deverá ser entregue montado e embalado (plástico bolha no corpo e cantos protegidos);</p> <p>2. Imagem conforme Manual Técnico;</p> <p>Garantia: mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos pelo fabricante. “PODERÁ SER EXIGIDA AMOSTRA”</p>	
4	<p>Objeto: Longarina estofada com braços e 3 lugares – L3</p> <p>Descrição:</p> <p>Dimensões: Altura da superfície do assento: 450; largura do assento: 460 a 500mm; profundidade da superfície do assento: 460mm; extensão vertical do encosto: 460mm; largura do encosto: 430mm; altura total da cadeira mínimo: 910m; largura total da longarina: 1810mm.</p> <p>Assento: Parte interna em compensado multilâminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão de 10 kgf/cm² e espessura de 10 mm; espuma em poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 60 a 65 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura média de 40 mm; capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc, de fácil limpeza e resistente a produtos químicos.</p> <p>Encosto: Parte interna em polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica, conformada anatomicamente; espuma em poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a 55 kg/m³ e moldada anatomicamente com saliência para apoio lombar e espessura média de 40 mm; capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc, de fácil limpeza e resistente a produtos químicos.</p> <p>Braços: Apóia braço, dimensões: 295 mm de comprimento e 50 mm de largura.</p> <p>Apóia braço fixo de formato curvo fechado, com alma de aço estrutural revestido em poliuretano pré-polímero integral skin, texturizado. Matéria prima totalmente isenta de CFC, não agressiva ao meio ambiente.</p> <p>Laterais: Longarina para banco componível em tubo de aço 80 x 40 mm e espessura de 1,90 mm com acabamento de superfície pintado. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epoxi</p>	200



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos . Lateral para banco componível em aço,

fabricada por processo de solda sistema MIG em aço tubular oval 50x27x1,55 mm e suporte com 90x30x1,50 mm com acabamento de superfície pintado. Para cada lateral acompanha um par de deslizadores reguláveis totalmente injetados em nylon 6 e sistema de acoplamento à longarina através de parafusos M8/M10 que possibilita a fixação em qualquer ponto da longarina, garantindo robustez e facilidade de manutenção. Placa para fixação do assento junto à longarina para banco componível fabricada em chapa de aço estampada de 3,00 mm de grande resistência mecânica. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epoxi pó com pré- tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente o mecanismo com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos.

O sistema de acoplamento à longarina através de abraçadeira e parafusos M8/M10 possibilita a fixação em qualquer ponto da longarina, garantindo robustez e facilidade de manutenção.

Possui acoplamento para suporte para encosto tipo lâmina e possibilita a fixação dos apoia braços diretamente no corpo da placa sendo muito mais resistente que a usual fixação no interno do assento.

Revestimento do assento e do encosto: Sanleather (laminado de PVC expandido), composição de polímeros a base de PVC, aditivado com essência de couro natural, com absorvedor de UV aditivado contra raios ultravioletas, com retardante de chama, micro perfuração para facilitar a passagem do ar e o processo de transpiração. Gramatura de 700 a 780 g/m².

Cor do revestimento: “bordô”, forneceremos uma amostra da tonalidade da cor.

Observações:

1. O item deverá ser entregue montado e embalado (plástico bolha no corpo e cantos protegidos);
2. Imagem conforme Manual Técnico;

**Garantia: mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos pelo fabricante.
“PODERÁ SER EXIGIDA AMOSTRA”**



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Os licitantes vencedores deverão apresentar catálogo/ficha técnica do produto cotado, em língua portuguesa, com nível de informação suficiente para avaliação do pregoeiro e de sua equipe, informando também marca, modelo, sob pena de desclassificação. Os itens com Avaliação de Conformidade compulsória com o INMETRO serão analisados conforme a legislação em vigor.

4. DAS AMOSTRAS

- 4.1. **Poderá** ser solicitado amostras dos produtos ofertados pela vencedora da etapa de lances, na quantidade de uma unidade por item, conforme a necessidade e especificidade do objeto;
- 4.2. As amostras, a partir da solicitação, deverão ser remetidas, em até 5 (cinco) dias úteis, ao Centro de Distribuição e Logística Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul - CDL, localizado na Rua Cância Gomes, 241, bairro Floresta, Porto Alegre, CEP 90.220-060, horário de funcionamento das 09h00 às 12h00 e 13h00 às 18h00, Fone (51) 3225-4641, sob pena de desclassificação;
- 4.3. A avaliação das amostras apresentadas ficará a cargo da área demandante e/ou comissão formada para este fim, a qual realizará a avaliação no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento dos itens;
- 4.4. O licitante que não encaminhar as amostras no prazo estabelecido no subitem “b” será desclassificado;
- 4.5. Após vencimento do prazo de entrega das amostras não serão aceitas eventuais complementações, ajustes, modificações ou substituições nos produtos apresentados para fins de adequá-los às especificações constantes neste Edital, exceto autorização expressa da (o) Pregoeira (o);
- 4.6. Os protótipos disponibilizados pela licitante como amostras poderão ser abertos, manuseados, desmontados, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao término de qualquer avaliação técnica;
- 4.7. As amostras deverão ser recolhidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da avaliação, sob pena de perdimento dos objetos apresentados em favor da Defensoria Pública, podendo ela descartá-los ou doá-los. Entendendo a área técnica pela necessidade, as amostras aprovadas poderão ser retidas para fins de comparação, até que a empresa efetue a entrega total do objeto licitado;
- 4.8. As despesas das ações supracitadas correrão por conta da(s) licitante(s).

5. LOCAL E PRAZO

- 5.1. O licitante vencedor deverá entregar os objetos do presente termo junto ao Centro de Distribuição de Logística (CDL), localizado na Rua Cância Gomes, 241, bairro Floresta, Porto Alegre, CEP 90.220-060, horário de funcionamento das 9h às 12h e das 13h às 18h, telefone (51) 3225-4641 (o endereço poderá ser alterado durante o trâmite do certame, sendo indubitavelmente no Município de Porto Alegre/RS, razão pela qual o fornecedor deverá observar a Autorização de Fornecimento ou documento equivalente no momento da entrega), **no prazo máximo de 30 (trinta) dias** contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 5.2. O recebimento provisório dar-se-á por recibo, ou documento equivalente, no ato da entrega.
- 5.3. A contar da entrega, no prazo de 30 dias, a Contratante deverá emitir Termo de Recebimento



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Definitivo

5.4. A entrega dos itens deverá ser realizada pela licitante vencedora com o respectivo descarregamento **no local indicado** pelo servidor da contratante responsável pelo recebimento do material.

6. DO FISCAL DO CONTRATO

6.1. A presente contratação terá como fiscalização o servidor Marcelo Bernardes, coordenador do CDL.

6.2. Na ausência do servidor supracitado, a fiscalização ficará a cargo do servidor Wagner Cunha Amengual.

7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES A SEREM EXIGIDAS DAS PARTES

7.1. CONTRATANTE

7.1.1. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

7.1.2. Informar à contratada sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega do objeto e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;

7.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;

7.1.4. Comunicar, por escrito, à contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;

7.1.5. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com a forma e prazo acordados.

7.2. CONTRATADA

7.2.1. Obedecer às especificações dos objetos, constantes deste termo de referência, da proposta apresentada e do ato convocatório, cumprindo o prazo estabelecido;

7.2.2. Responsabilizar-se pelo transporte dos objetos/produtos até as dependências da contratante, como também pelas despesas a ele inerentes.

7.2.3. Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos materiais fornecidos, que deverão ser novos, devidamente embalados, lacrados e de primeira qualidade.

7.2.4. Substituir em até 05 (cinco) dias os materiais que porventura não atenderem às especificações do presente Termo de Referência ou legislação vigente.

8. GARANTIAS

8.1. A CONTRATADA obriga-se a garantir os materiais pelo período de 05 (cinco) anos, a partir do término da garantia legal que, por seu turno, se inicia do recebimento definitivo do objeto, comprometendo-se a adotar as medidas corretivas pertinentes no prazo de 72 h (setenta e duas horas)



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

contados da notificação feita pela CONTRATANTE, sob pena das sanções previstas em lei (Lei 8.666/93) e no termo contratual.

9. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Nome do responsável: Luiz Carlos Souza

Função: Coordenador de Unidade

Órgão: Defensoria Pública do Estado

Endereço: Rua Cância Gomes, 241, bairro Floresta, Porto Alegre/RS

Telefone: (51) 3225-4641

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1. NORMAS TÉCNICAS QUE DEVEM SER UTILIZADAS

1.1. Todo o mobiliário cotado pelas licitantes deverá estar de acordo com as normas atualizadas da ABNT, independente de estarem listadas neste Termo de Referência, e especificado de forma clara, completa e minuciosa, sob pena de desclassificação da proposta.

1.2. Deverão também ser atendidos os manuais e instruções dos fabricantes e/ou fornecedores dos materiais e componentes do mobiliário.

1.3. Deverão ser atendidas as seguintes Normas Técnicas:

1.3.1. Para o item 5 do lote 1, a empresa vencedora deverá apresentar juntamente a sua proposta de preços, Certificado de conformidade de produtos, emitidos pela ABNT (NBR 13966:2008 – Móveis para escritório), ou laudo de conformidade emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO ou equivalente, em conformidade com a citada norma.

1.3.2. - Para os itens (1, 2, 3, 4 e 6) de lote 1, a empresa vencedora deverá apresentar juntamente com a sua proposta de preços, Certificado de conformidade de produtos, emitidos pela ABNT (NBR 13961:2010 – Móveis para escritório – Armários) ou laudo de conformidade emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO ou equivalente, em conformidade com a citada norma.

1.3.3. Para o lote 1 será exigido relatórios de ensaio em nome da empresa licitante ou fabricante do mobiliário, emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro, com o resultado da realização de ensaios laboratoriais em amostras dos materiais listados abaixo, de maneira a determinar/comprovar:

Fita de borda (NBR 16332:14)



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- a) Resistência à luz UV – igual ou maior grau 3;
- b) Determinação de aderência corte cruzado – maior ou igual 3B;
- c) Determinação resistência álcool etílico – sem alterações;
- d) Determinação resistência a temperatura – maior ou igual a 70°C sem alterações;
- e) Determinação da resistência a temperatura e umidade – maior ou igual grau 4;
- f) Ensaio de colagem (resistência à tração) – maior ou igual a 40N.

Laminado decorativo (NBR 15761:09)

- a) Resistência ao risco – carga mínima 4N;
- b) Resistência ao impacto – altura máxima igual ou maior que 400mm;
- c) Resistência à abrasão – mínimo 300 ciclos;
- d) Resistência a alta temperatura – igual ou maior Grau 3;
- e) Resistência ao vapor – mínimo grau 4.

1.3.4. Para o lote 1 será exigido relatório de ensaio de produto emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, e conforme norma NBR8095:15 - corrosão por exposição a atmosfera úmida saturada, sem alterações em exposição mínima de 700 horas.

1.3.5. Para o lote 1 será exigido relatório de ensaio, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, em conformidade a NBR10443/08 – determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas, comprovando espessura média acima de 60 (micras).

1.3.6. Para o lote 1 será exigido relatório de ensaio, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, em conformidade a NBR11003:09 (Versão corrigida: 2010) – determinação da aderência da tinta com resultado igual a Y0/X0.

1.3.7. Para o lote 1 será exigido relatório de ensaio de produto emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, e conforme norma NBR 8094 – Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina, de pelo menos 300 horas.

1.3.8. Para os itens (1 e 2) do lote 2 a empresa vencedora deverá apresentar laudo técnico de ensaio de classificação, características físicas, dimensionais, estabilidade, durabilidade e de resistência estática e de impactos, expedido pelo INMETRO ou por laboratório por ele credenciado, atestando sujeição dos mesmos à norma NBR 16031:2012 - especificada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

1.3.9. Para os itens do lote 2 serão exigidos os seguintes relatórios de ensaio emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO em nome do licitante ou fabricante. Caso o licitante não seja o fabricante, anexar nota fiscal de compra com no mínimo 60 dias comprovando aquisição.

- a) Relatório com base na NBR 8537:2015 – Determinação de densidade.
- b) Relatório com base na NBR 8515:2003 – Determinação de resistência à tração
- c) Relatório com base na NBR 8516:2003 – Determinação de resistência ao rasgamento



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- d) Relatório com base na NBR 8619:2003 – Determinação de resiliência
- e) Relatório com base na NBR 8797:2003 – Determinação de deformação permanente à compressão
- f) Relatório com base na NBR 8910:2003 – Determinação de resistência à compressão.
- g) Relatório com base na NBR 9176:2003 – Determinação de força de indentação
- h) Relatório com base na NBR 9177:2003 – Determinação de fadiga dinâmica
- i) Relatório com base na NBR 9178:2003 – Determinação de características de queima
- j) Relatório com base na NBR 14961:2007 - Determinação de teor de cinzas.
- k) Certificado do fabricante, emitido por laboratório de que a espuma utilizada é isenta de Clorofluorcarbono - CFC.

2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

2.1. A(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar **atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de bens de natureza similar ao da presente licitação, com características e complexidade técnica equivalente ou superiores ao especificado no Termo de Referência

2.2. Deverá apresentar, também, Laudo de médico do trabalho ou engenheiro mecânico atestando a conformidade do mobiliário com a NR17 do Ministério do Trabalho e Emprego – M.T.E.

2.3. Apresentar Catálogo/Folder/Caderno ilustrativo do produto cotado, em língua portuguesa, com nível de informação suficiente para avaliação do pregoeiro e sua equipe, informando também marca, modelo e código de certificação, tendo como requisitos as condições indicadas no termo de referência, sob pena de desclassificação.

2.4. Apresentar, conforme disposto na IN n.º 01/2010 do Ministério do Planejamento, laudo ou certificado que comprove que as matérias-primas objeto da disputa, e ofertadas pela empresa licitante, observam os requisitos ambientais para a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

2.5. Apresentar licença de Operação (LO) Ambiental do fabricante emitida pelo órgão estadual ou municipal competente, da sede do licitante conforme Lei Federal nº 6.938/81 e as Resoluções nº 01 de 08/03/1990 e nº 237 de 19/12/1997 do CONAMA.

2.6. Apresentar Certificado de Regularidade e Certidão Negativa de Débito junto ao IBAMA da Empresa fabricante.

2.7. Apresentar Relatório de inspeção em Pintura (NIAT – Núcleo de Informação e Assessoria Técnica e Tecnológica) das partes metálicas contidas nos equipamentos ofertados, mencionando que o acabamento aplicado nas placas metálicas é a pintura eletrostática epóxi.

Requisitante



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2019

Compromisso celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, sito na Av. Sete de setembro, 666, centro, em Porto Alegre/RS-CEP 90.010-190, representado neste ato pelo Exmo. Sr. Defensor Público-Geral do Estado, Dr. CRISTIANO VIEIRA HEERDT, inscrito no CPF sob nº 676.440.900-53 doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e (pessoa física ou jurídica), sito no (a)... (endereço), inscrito no Ministério da Fazenda sob o nº. (nº do CNPJ), representada neste ato por...(nome do representante), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº...(nº do CPF), doravante denominado COMPROMITENTE, para o Registro de Preços para contratação de fornecimento de acordo com o objeto descrito na Cláusula Primeira - Do Objeto, de que trata o processo administrativo n.º, em decorrência do Pregão Eletrônico n.º (.....), mediante as cláusula e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para fornecimento, conforme especificações técnicas, observações, quantidades, garantia e locais de entrega estabelecidos no edital e respectivo Anexo II - Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço total desta Ata corresponde a R\$......(.....)

2.2. Ficam registrados por esta ata, os seguintes valores:

Lote	Item	Descrição	Quantidade Registrada	Valor Registrado

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do "caput" do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

3.2. Quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá negociar com o COMPROMITENTE observando as seguintes condições:

3.2.1. convocar o fornecedor para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.2.2. liberar o COMPROMITENTE do compromisso assumido, caso frustrada a negociação, sem aplicação de penalidade;

3.3. Havendo êxito nas negociações, o valor a ser registrado terá efeito a partir da publicação do termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

3.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir com o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá aceitar a solicitação de revisão do preço registrado a partir dos motivos e dos comprovantes apresentados pelo COMPROMITENTE, com base em nova pesquisa de mercado, preservando a economia obtida no procedimento licitatório.

3.4.1. Após trinta dias da protocolização do requerimento de revisão, sem que o ÓRGÃO GERENCIADOR tenha se manifestado conclusivamente quanto ao requerido, o COMPROMITENTE poderá requerer a suspensão da emissão de novos pedidos de entrega de bens ou de prestação de serviços.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 3.4.2. Viabilizada a negociação, o novo valor registrado, que constará no termo aditivo, terá efeito retroativo à data do protocolo do pedido.
- 3.4.3. Caso frustrada a negociação, caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR liberar o COMPROMITENTE do compromisso assumido, se confirmada a pertinência da motivação apresentada;
- 3.4.4. A emissão que trata o subitem 3.4.1. refere-se à convocação para firmar o contrato ou à aceitação de instrumento equivalente.
- 3.4.5. Caso a motivação apresentada pelo COMPROMITENTE não seja acolhida pela Defensoria Pública do RS, o descumprimento da obrigação de fornecer ensejará a aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **[reproduzir o texto do Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 15.10)]**

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Dos Direitos:

- 5.1.1 da Defensoria Pública do RS: contratar, se necessário, o objeto desta licitação;
- 5.1.2 do COMPROMITENTE: ser contratado se a Administração utilizar o Registro de Preços, ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.

5.2. Das Obrigações da Defensoria Pública do RS:

- 5.2.1. contratar com aquele que detém o preço registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo se contratar por outra forma;
- 5.2.2. aplicar, garantidos a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações ocorridas na vigência da Ata de Registro de Preços, quando não decorrente de execução contratual;
- 5.2.3. deverá ser respeitada a quantidade máxima registrada.
- 5.2.4. promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

5.3. Das Obrigações do COMPROMITENTE:

- 5.3.1. atender, nas condições estabelecidas no Edital, todos os pedidos de contratação e **MANTER** todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante o período da vigência da Ata de Registro de Preços.
- 5.3.2. executar o fornecimento do objeto que lhe foi adjudicado dentro dos padrões estabelecidos pela Defensoria Pública do RS no Anexo II – Termo de Referência, assim como de acordo com as condições constantes da proposta apresentada na licitação.
- 5.3.3. efetuar a entrega dos materiais e/ou prestação dos serviços nos prazos estipulados no Anexo II – Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços será cancelada nas seguintes hipóteses:

6.1. quando o COMPROMITENTE:

- 6.1.1. descumprir as condições nela estabelecidas;
- 6.1.2. convocado, não comparecer para assinar o contrato, não aceitar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Defensoria Pública do RS, sem justificativa aceitável;
- 6.1.3. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do “caput” do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- 6.1.4. perder alguma das condições de habilitação durante a vigência da ATA;



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 6.1.5. não atender à convocação a que se refere o inciso I do art. 20 do Decreto estadual nº 53.173/16, no prazo estabelecido pela Defensoria Pública do RS.
- 6.2. quando não for obtido êxito nas negociações decorrentes de revisão do preço registrado; e
- 6.3. quando ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, que prejudique o cumprimento da Ata de Registro de Preços, devidamente comprovado e justificado por razão de interesse público ou a pedido do COMPROMITENTE.
- 6.4. Nas hipóteses previstas nesta cláusula, o beneficiário da Ata de Registro de Preços poderá, a critério da Defensoria Pública do RS, ser obrigado a garantir o fornecimento pelo prazo de trinta dias.
- 6.5. O cancelamento da Ata de Registro de Preços será formalizado por decisão do ÓRGÃO GERENCIADOR, devidamente motivada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

O COMPROMITENTE sujeita-se às seguintes penalidades:

- 7.1. multa de até 10% sobre o valor do pedido na hipótese da recusa do COMPROMITENTE em assinar o contrato ou retirar/receber instrumento equivalente (empenho);
- 7.2. as demais sanções previstas no edital, no que se aplicar à gestão da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA OITAVA - DA EFICÁCIA

8.1. A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul – DED.

CLÁUSULA NONA - DAS ADESÕES E DO REMANEJAMENTO

9.1. Não será permitida adesão de qualquer outro órgão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. É vedado o reajuste dos preços registrados na presente Ata.
- 10.2. Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.
- 10.3. A existência de preços registrados não obriga a Defensoria Pública do RS a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao COMPROMITENTE, em igualdade de condições.
- 10.4. E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre,..... de..... de 2019.

Cristiano Vieira Heerd,
Defensor Público-Geral do Estado.

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Nome legível:

Nome legível:

CPF n.º:

CPF n.º:

ANEXO IV (A) – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº

Termo de Contrato de fornecimento de bens celebrado entre a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO do Rio Grande do Sul e a [CONTRATADA], para consecução do objeto descrito na Cláusula Primeira.

Expediente n.º: 19/3000-0000068-2

Contrato celebrado entre a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº, estabelecida na Rua Sete de Setembro, nº 666, **representada** neste ato pelo Exmo. Sr. Defensor Público-Geral do Estado, Dr. CRISTIANO VIEIRA HEERDT, inscrito no CPF sob nº 676.440.900-53, doravante denominada CONTRATANTE, e (pessoa física ou jurídica), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº, estabelecida no(a) (endereço), representada neste ato por (representante da **CONTRATADA**), **RG n.º ...** inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, para a prestação dos serviços referidos na Cláusula Primeira – Do Objeto, em decorrência do Pregão Eletrônico nº .../... (número/ano), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a [**Reproduzir o texto do Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 1.1)**], nas quantidades abaixo relacionadas, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo II ao Edital.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT
XX	XX	XXXXXX	XX

1.2. Este contrato vincula-se ao Edital, identificado no preâmbulo, à Ata de Registro de Preços nº xx e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O preço a ser pago pela CONTRATANTE, referente ao fornecimento contratado, é de R\$ _____ (_____), constante da proposta vencedora da licitação, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECURSO FINANCEIRO

3.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

Unidade Orçamentária: xx.xx

Atividade/Projeto: xxxx

Natureza da Despesa: x.x.xx.xx.xxxx

Recurso: xxxx

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1. O contrato somente terá vigência e eficácia depois de publicada a respectiva súmula no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul – DED.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1. **[Reproduzir Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 21.1), quando aplicável]**

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias a contar do protocolo, pela CONTRATADA, da Nota Fiscal ou da Fatura contendo o detalhamento do material fornecido na Diretoria Gestora da CONTRATANTE.

6.1.1. O pagamento somente será realizado pela Unidade de Finanças e Tesouraria depois de atestado pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

6.1.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.2. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

6.2.1. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, independentemente da localização da sede ou filial da CONTRATADA.

6.3. A protocolização somente poderá ser feita após a entrega do bem por parte da CONTRATADA.

6.4. O pagamento será efetuado por objeto efetivamente entregue e aceito.

6.5. A glosa do pagamento durante a execução contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a CONTRATADA:

6.5.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar as atividades com a qualidade mínima exigida no contrato; ou

6.5.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.6. Caso o objeto não seja entregue fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

6.7. Na fase da liquidação da despesa deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS, para fins de comprovação do cumprimento do disposto no artigo 55, inciso XIII, da Lei federal nº 8.666/1993.

6.7.1. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao CADIN/RS, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.7.2. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

6.8. A CONTRATANTE poderá reter do valor da fatura da CONTRATADA a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro rata die*, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DO PREÇO

8.1. Não haverá reajuste ao presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Fornecer os bens conforme especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

10.2. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

10.3. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente contrato.

10.4. Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente licitação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

10.5. Responder diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

10.6. Atender integralmente o Edital.

10.7. O Contratado deverá, se for o caso, apresentar Programa de Integridade, nos termos da Lei Estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018 e do seu Regulamento.

10.8. **[Reproduzir, se for o caso, outras obrigações específicas previstas no Item Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 20.3)].**

CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

11.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.3. Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção.

11.4. Aplicar, garantidos a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DOZE – DAS PENALIDADES

12.1. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, a CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e compensatória à CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

12.2. Com fundamento nos artigos 7º da Lei federal nº 10.520/2002 e 28 da Lei Estadual nº 13.191/2009, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado e será descredenciado do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa, a CONTRATADA que:

12.2.1. apresentar documentação falsa;

12.2.2. ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;

12.2.3. falhar na execução do contrato;

12.2.4. fraudar a execução do contrato;

12.2.5. comportar-se de modo inidôneo;

12.2.6. cometer fraude fiscal.

12.3. Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA:

12.3.1. deixar de fornecer o objeto do presente contrato, sem causa justificada, após transcorrido o prazo estabelecido para entrega.

12.4. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações e cláusulas contratuais e a dosimetria na aplicação das sanções será aferida pela autoridade competente, de acordo com o que preceitua o item 12.10.

12.5. Para os fins do item 12.2.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, e 97, parágrafo único, da Lei federal nº 8.666/1993.

12.6. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 12.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.6.1. multa:

12.6.1.1. compensatória de até 10% sobre o valor da contratação nos casos de inexecução, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto contratado, e nos casos de descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

12.6.1.2. moratória de até 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 dias.

12.6.2. impedimento de licitar e de contratar com o Estado e descredenciamento no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até cinco anos.

12.7. As multas compensatórias e moratórias poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo da aplicação da sanção de impedimento de licitar e de contratar.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

12.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 8.666/1993.

12.9. O valor da multa poderá ser descontado da fatura e, caso insuficiente, da garantia contratual, se houver.

12.9.1. Se os valores da garantia e da fatura forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.9.3. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da solicitação da CONTRATANTE.

12.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

12.11. A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

12.12. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei federal nº 8.666/1993.

12.13. As multas deverão ser recolhidas através de guia de arrecadação, Código 628 (FADEP), conforme disposto no Decreto Estadual nº 46.566/09, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação da CONTRATADA, podendo a CONTRATANTE descontá-la na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente relativo à avença.

12.14. As sanções previstas nesta Cláusula não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei federal nº 12.846/2013.

CLÁUSULA TREZE – DA RESCISÃO

13.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei federal nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei federal nº 8.666/1993.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

13.4.1. levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. da cobrança de indenizações e multas.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS VEDAÇÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA:

14.1.1. caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. interromper o fornecimento sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA QUINZE – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei federal nº 8.666/1993.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 8.666/1993, na Lei federal nº 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DEZESSETE – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

17.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

17.2. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pela CONTRATANTE.

17.3. Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.

17.4. O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA DEZOITO – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Fica eleito o Foro de Porto Alegre como o competente para dirimir quaisquer questões advindas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

18.2. E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, em 02 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, _____ de _____ de _____.

Cristiano Vieira Heerd,
Defensor Público-Geral do Estado.

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Nome legível:

Nome legível:

CPF n.º:

CPF n.º:



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO IV (B) – AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO					
Número da Autorização:		Data da Emissão:			
Número do Processo:		Unidade responsável pelo recebimento			
Procedimento Contratação:					
Número do Contrato:		Nome do Responsável	Telefone		
Número do Empenho:					
Fornecedor:		CNPJ:			
Endereço:		Cidade:			UF:
Representante:		Tel:	Cel:		
Especificação	Código	Un	Quant.	Valor	
				Unitário	Total
Nº de Itens	Prazo de Entrega	Condições de Pagamento		SUBTOT:	
				TOTAL:	
Local de Entrega:		Cidade:		Tel:	
ATENÇÃO: As mercadorias somente serão recebidas mediante a apresentação da Nota Fiscal. As Notas Fiscais não poderão conter itens de processos diferentes. Os objetos serão recebidos provisoriamente conforme Art.73 da Lei 8.666/93.					
OBSERVAÇÕES:					
Informação para faturamento			Ciência em:		
End.: Rua Sete de Setembro, 666, Porto Alegre, RS			Responsável da Empresa:		
CNPJ: 74.704.636/0001-50		Insc. Estadual: ISENTA			
Autoridade Competente			Nome e Assinatura		

Contratação submetida ao disposto na Lei nº 8.666/93 e Leis Estaduais nº 13.179/2009 e 13.191/2009, conforme instrumento convocatório



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR (Modelo)

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade Nºe do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, ____ de _____ de 20xx.

Assinatura Responsável

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP (Modelo)

A empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos para efeito de qualificação como MPE, e que:

- 1) Atende os requisitos previstos no artigo 3º da Lei Complementar 123/2006;
- 2) Possui registro na Junta Comercial ou Cartório de Registro ou CCMEI indicando que se enquadra como MPE;
- 3) Que no ano fiscal anterior ao exercício atual não excedeu o limite de faturamento referente ao enquadramento como MPE;

Portanto, estando apta a usufruir dos benefícios de que tratam os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, não havendo fato superveniente impeditivo da participação do certame.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura Responsável



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO VII SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93. 1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme descrito no Capítulo III deste Anexo.

2. Definições:

2.1 Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95: I – Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. Vigência:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I – coincidindo com o prazo previsto na cláusula da Garantia prevista na minuta de contrato de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras, ou aquele definido no Edital; II – por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

4. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos: a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador; b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;

c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos; e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.3.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

5. Ratificação:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

(Local e data)
(Instituição garantidora)
(Assinaturas autorizadas)



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO VIII
ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE

 GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ANEXO II AO DECRETO Nº 36.601, de 10-04-96.	J	IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO						
	NÚMERO			FOLHA				
ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE – ACF								
A IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL OU CARTA-CONVITE								
CÓDIGO	NOME DO LICITADOR			NÚMERO	MODALID. DATA			
B IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE								
CGC/MF:			ATIVIDADE PRINCIPAL	CNAE	SE			
FIRMA/RAZÃO SOCIAL:		CNJ		CGC/TE				
ENDEREÇO (rua, avenida, praça, etc.)			NÚMERO	CONJ.	CEP			
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL				TELEFONE				
BALANÇO APRESENTADO PERÍODO:		DATA DO BALANÇO ANUAL	Nº LIVRO DIÁRIO	Nº DO RJC				
C IDENTIFICAÇÃO DO CONTADOR OU TÉCNICO EM CONTABILIDADE								
NOME:			CP	Nº DO REGISTRO NO CRC	TELEFONE			
ENDEREÇO (rua, avenida, praça, etc.)			NÚMERO	CONJ.	CEP			
D IDENTIFICAÇÃO DA AUDITORIA								
NOME:				Nº DO REGISTRO NO CRC				
E BALANÇO PATRIMONIAL REESTRUTURADO								
CONTAS		Em R\$ Mil	F DEMONSTRAÇÃO DA ANÁLISE FINANCEIRA DO LICITANTE					
1	ATIVO CIRCULANTE AJUSTADO (ACA)		1	LIQUIDEZ CORRENTE	VALOR	NOTA	PESO	NP
2	PASSIVO CIRCULANTE (PC)		2	LIQUIDEZ GERAL				
3	ACA + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3	GRAU DE IMOBILIZAÇÃO				
4	PC + PASSIVO A LONGO PRAZO		4	ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO				
5	ATIVO PERMANENTE		5	ENDIVIDAMENTO GERAL				
6	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO		NF	NOTA FINAL DA CAPACIDADE FINANCEIRA RELATIVA = à NP				
7	PASSIVO CIRCULANTE		G RESULTADO DA ANÁLISE					
8	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO							
9	PC + PASSIVO A LONGO PRAZO							
10	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO							
11	DESPESA ANTECIPADA							
12	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS							
13	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO							
14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
15	CONSISTÊNCIA (vide instruções no verso)							
H IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO								
NOME:				MATRICULA				
I DECLARAÇÃO E ASSINATURAS								
O representante legal da empresa licitante e o contador ou técnico em contabilidade declaram, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste formulário são a expressão da verdade, bem como autorizam o licitador, por si ou por outrem e a qualquer tempo, examinar os livros e os documentos relativos à escrituração contábil, para confrontação dos dados aqui demonstrados.								
LICITANTE		CONTADOR OU TÉCNICO EM CONTABILIDADE		LICITADOR				
DATA:		DATA:		DATA:				